



Aos vinte e nove dias do mês de novembro do ano de dois mil e vinte e dois, realizou-se, pelas dezanove horas, na Sala de Sessões dos Paços do Município, uma sessão extraordinária da Assembleia Municipal de Setúbal, presidida por Manuel Joaquim Pisco Lopes, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, e secretariada por Eusébio Manuel Candeias, Primeiro Secretário da Mesa da Assembleia Municipal, e pela Segunda Secretária da Mesa da Assembleia Municipal, Yolande Paule Juliette Cloetens.

VERIFICAÇÃO DE PRESENCAS E QUÓRUM

a) Chamada

O Primeiro Secretário da Mesa da Assembleia Municipal fez a chamada, verificando-se a presença dos seguintes membros, por bancadas:

Coligação Democrática Unitária – Manuel Joaquim Pisco Lopes, Yolande Paule Juliette Cloetens, João Afonso Almeida da Silva Luz, Vanessa Alexandra Vilela da Silva, Eusébio Manuel Candeias, Luís Manuel Barreto Leitão, Ana Rita Curto de Mesquita Drouillet, Simão Monteiro Calixto, Diamantino António Caldeira Estanislau e Joana Margarida Banito Tomé.

Partido Socialista – Paulo Alexandre da Cruz Lopes, Maria João Teigas Santos Palma, Ilídio Fernandes Ferreira, Eunice Maria Cândido Pratas, Manuel Joaquim Gonçalves Fernandes, Manuel Jorge Silva Esteves e Marco Rúben dos Santos Martins Catarino da Costa.

Partido Social Democrata – Rui Miguel da Costa Lamim Vieira, Maria Paula Soeiro Cândido, António Miguel da Costa Ferreira, Isabel Maria Conde da Silva Ramalho e Alexandre Miguel Cardoso Teles.

CHEGA – Luís Miguel Leitão Maurício.

Bloco de Esquerda – Vitor Manuel Freitas Rosa.

Pessoas-Animais-Natureza – Mariana Vieira Crespo.

Iniciativa Liberal – Flávio Miguel Matos Lança.

Presidentes de Junta – Nuno Miguel Rodrigues Barradas Costa (Presidente da Junta de Freguesia de São Sebastião), Luís Alberto Miranda Custódio (Presidente da Junta de Freguesia de Gâmbia, Pontes e Alto da Guerra) e Rui Manuel do Rosário Canas (Presidente da União das Freguesias de Setúbal).

Estiveram presentes, por parte do órgão executivo, o Sr. Presidente da Câmara, André Valente Martins e a Sra. Vice-Presidente, Carla Alexandra Potrica Guerreiro e os Srs. Vereadores: Carlos Alberto Mendonça Rabaçal, Pedro Sérgio Fernandes Pina, Ana Rita da Costa Pinheiro de Carvalho, Vitor Manuel Ramalho Ferreira, Patrícia Alexandra das Dores Paz Rodrigues, Joel Alexandre Neves Marques e Ana Paulina Rosa Vitorino em substituição do Sr. Vereador Fernando Miguel Catarino José, conforme documentos registados sob os n.ºs 1 a 3, arquivados em pasta anexa à presente ata.

b) Apresentação de pedidos de substituição e de suspensão de mandato

Da bancada da CDU apresentaram pedidos de substituição, Afonso Augusto da Silva Luz, Jerónimo Manuel Fragoso Lopes e Manuel Paulino Galhanas Véstias dos Santos, conforme documentos registados sob os n.ºs 4 a 6, arquivados em pasta anexa à presente ata.

Da bancada do PS apresentaram pedidos de substituição, Ana Catarina Veiga dos Santos Mendonça Mendes, António Hugo Lindo dos Santos Caracol, Rafaela Isabel Graça Nunes, Elisabete Maria Martins Cavaleiro e Maria Nazaré de Souza Oliveira, conforme documentos registados sob os n.ºs 7 a 11, arquivados em pasta anexa à presente ata.

Da bancada do PPD/PSD apresentou pedido de substituição, Nuno Miguel Oliveira de Carvalho, conforme documento registado sob o n.º 12, arquivado em pasta anexa à presente ata.

Da bancada do CHEGA apresentaram pedidos de substituição, Nuno Miguel da Costa Gabriel e Carla Sofia Carapeto da Silva Couto de Oliveira, conforme documentos registados sob os n.ºs 13 e 14, arquivados em pasta anexa à presente ata.

Apresentaram pedidos de substituição a Sra. Presidente da União das Freguesias de Azeitão, Sónia Cristina Pereira Paulo, tendo sido substituída por José Manuel Lima Neves, e a Sra. Presidente da Junta de Freguesia do Sado, Marlene Sofia Baião Caetano, tendo sido substituída por Dora Cristina Soeiro Mira, conforme documentos registados sob os n.ºs 15 e 16, arquivados em pasta anexa à presente ata.

c) Substitutos e sua posse

Chamado o cidadão que se segue na lista, João Manuel Martins da Silva, verificou-se a sua presença, pelo que se procedeu à respetiva substituição.

Chamada a cidadã que se segue na lista, Anita da Conceição Birrento Vilar, verificou-se a sua presença, pelo que se procedeu à respetiva substituição.

Chamado o cidadão que se segue na lista do PS, Mário Gabriel Costa Pires Aranha, verificou-se a sua presença, pelo que se procedeu à respetiva substituição.

Chamado o cidadão que se segue na lista do PS, Pedro Miguel Pereira Florêncio, verificou-se a sua presença, pelo que se procedeu à respetiva substituição.

Chamado o cidadão que se segue na lista do PS, Tiago Manuel Rodrigues Pereira, verificou-se a sua presença, pelo que se procedeu à respetiva substituição.

Chamado o cidadão que se segue na lista do PPD/PSD, Francisco Miguel Guerreiro Cabral, verificou-se a sua presença, pelo que se procedeu à e respetiva substituição.

Chamado o cidadão que se segue na lista do CHEGA, José Carlos da Silva Almodôvar Costa, verificou-se a sua presença, pelo que se procedeu à e respetiva substituição.

Verificando-se a existência de quórum deliberativo, o Presidente deu início à reunião.

A - PERÍODO DESTINADO À INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

Presidente da Mesa – Temos uma inscrição do Sr. Luís Simões que terá 5 minutos para fazer a sua intervenção (conforme documento registado sob o n.º 17, arquivado em pasta anexa à presente ata).

Luís Simões – O meu nome é Luís Simões, sou delegado sindical do Sindicato Nacional dos Bombeiros Sapadores e represento aqui a Companhia de Bombeiros Sapadores de Setúbal.

Foram inúmeras as vezes que estivemos presentes nesta sala em reuniões de câmara, já trouxemos aqui os nossos problemas, já tivemos também presentes numa assembleia em que, também, contamos aos senhores deputados todas as nossas angústias e aquilo que temos reivindicado desde há largos meses a esta parte. Acontece que nessa data dissemos que a manter-se a postura do executivo, a postura de não diálogo, a postura de não querer encontrar soluções para os nossos problemas, não nos dar respostas às questões que trazíamos consecutivamente a esta sala, que iríamos ter de fazer aquilo que fizemos. Iniciámos no dia 16 uma greve que vai durar um mês, obviamente que a nossa greve não tem como objetivo prejudicar a população, porque vamos garantir o socorro, infelizmente alguns serviços poderão trazer algum prejuízo à população, o que desde já lamentamos e que declinamos toda a responsabilidade que isto terá. Só chegámos a este ponto, porque o executivo assim o desejou.

Hoje a nossa intervenção era precisamente para deixar aqui claro que mantemos as nossas convicções, os nossos desejos. Lamentavelmente, mais uma vez, a postura do executivo, ao contrário de greves decretadas por outros sindicatos no passado, a nós, também, quis interpor alguns obstáculos e fomos convocados para ir à DGAEP (Direção-Geral da Administração e do Emprego Público) e fomos a Lisboa para essa reunião.

O intuito do executivo, pensamos nós inicialmente que fosse principalmente pelas preocupações com a população, mas, obviamente, cedemos a todas essas preocupações, apenas não cedemos numa que faz parte da nossa luta que tem a ver com o efetivo mínimo na Companhia de Bombeiros Sapadores e que já manifestámos aqui inúmeras vezes, o qual é de 27 elementos, está plasmado no Regulamento Interno da Companhia aprovado nesta sala, e por norma estávamos a ter 13, 14 e ainda composto por 3 estagiários. Também uma resposta que não nos foi dada, mais uma ilegalidade deste executivo, do qual não obtemos qualquer resposta.

Como estava a referir, nessa reunião na DGAEP não se chegou a um acordo, felizmente, pela primeira vez conseguimos ter sentado a uma mesa com os bombeiros aquilo que nós solicitamos há muito, que é o lógico, que é a presença do Comandante que é o responsável operacional, que é quem pode dar respostas de carácter operacional. Pela primeira vez tivemos o Sr. Comandante sentado numa mesa, ele fez a apresentação dele e ainda assim gostávamos de vos dizer que, ao contrário do que a câmara desejaria, que era quebrar um pouco a força dos bombeiros, agradecemos até porque nos deu mais força, porque efetivamente o Colégio Arbitral, os advogados e júris deste nosso litígio deu razão aos bombeiros. Atualmente em situação de greve, em que estamos a prestar menos serviços, o efetivo mínimo decretado são 22 bombeiros, o que assenta aqui bem que a responsabilidade que quisemos assumir é de todo válida e que é da total irresponsabilidade da postura que a câmara tem mantido.

Foi aqui já tentando denegrir a nossa imagem, tentando dizer que estávamos contra os Bombeiros Voluntários, não temos nada contra os Bombeiros Voluntários, muito pelo contrário, mas afirmamos que a população de Azeitão não é menos população do que a de Setúbal. Achamos que, também, devemos assegurar o socorro lá e com efetivos destes números podemos garantir também o socorro lá, basta que haja vontade do município de tratar os cidadãos todos por igual.

Foram, também, tentando aqui denegrir que o que apresentávamos eram lutas sindicais, que não espelhavam o total dos bombeiros, gostava de referir que já vamos em inúmeros dias de greve e que a adesão tem sido de 100% em todos os turnos operacionais, o que espelha aqui que o que reivindicamos não são lutas de um qualquer sindicato, é a luta dos Bombeiros Sapadores de Setúbal. Isto para dizer que continuamos à espera que haja vontade política, que haja vontade do Executivo em sentar-se à mesa connosco e resolver de uma vez por todas, porque está mais que provado que aquilo que temos solicitado tem razão de ser.

Gostava, ainda, de apelar a todos os que estão nesta sala e que dentro da sua responsabilidade, enquanto deputados, possam exercer a sua função de maneira a que olhem pela população, que olhem pelos bombeiros quando falamos do efetivo mínimo e, ao contrário do que aqui já foi indicado nesta sala pelos senhores representantes da Câmara Municipal, não queremos mais dinheiro, queremos é que haja investimento nos recursos humanos dos bombeiros para que possamos socorrer a população de forma segura e que, também, os bombeiros possam manter a sua integridade física. Este é o apelo que deixo, olhem todos pelos bombeiros, olhem todos pela população que vos elegeu.

B – PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

I - a) INTERPELAÇÕES AO EXECUTIVO, RECOMENDAÇÕES E REQUERIMENTOS

António Costa Ferreira (PSD) – Vou colocar duas questões ao executivo que tem a ver com obras municipais que se eternizam nos seus prazos de execução sem fim à vista. Refiro-me à requalificação, alterações das avenidas da Portela e dos Ciprestes, Terminal Intermodal Rodoferroviário e o parque subterrâneo subjacente conexo, estabilidade de taludes do Forte de São Filipe que colide com a pousada de São Filipe desativada, sem futuro definido desde 2017, reforço das fundações do edifício particular ou particulares, porque julgo que são mais do que um edifício com acesso pela Rua Óscar Peixoto no Viso na encosta da Palhavã. As obras enumeradas foram objeto de procedimentos concursais públicos e arrastam-se no tempo em claro prejuízo do erário público e perturbam a vida dos setubalenses em geral, sem que a câmara/executivo preste qualquer informação plausível, sabendo-se que todas estas estão sujeitas a regras do Código da Contratação Pública. O PSD espera, para cada uma das obras, a resposta cabal, esclarecedora e objetiva para as suas justificações suportadas na lei sobre os incumprimentos dos prazos de execução das obras municipais.

Uma segunda questão que se refere ao bio resíduos, estando a decorrer e bem dentro das preocupações ambientais a implementação da recolha seletiva do bio resíduos para compostagem, retirando resíduos a depositar em aterro no concelho, o PSD pretende saber se existe algum plano para o efeito e se foi aprovado pela Câmara Municipal, órgão colegial, definindo e operacionalizado o mesmo com metas qualitativas definidas e quantitativas para a implementação do sistema de recolha em questão.

Por último, quais as zonas do território ou bairros contemplados e qual o grau de adesão dos munícipes e a sua avaliação feita da campanha até à presente data pelo executivo da Câmara Municipal. Mais, se foram atingidos os objetivos durante o primeiro ano, quais as metas quantitativas e qualitativas a atingir durante este mandato?

Simão Calixto (CDU) – Tenho aqui duas questões, a primeira prende-se com a questão dos transportes públicos e do processo de implementação da Carris Metropolitana, porque tivemos aqui na última Assembleia Municipal um conjunto de questões levantadas. Entretanto, creio que é notório que há um desenvolvimento positivo no número de autocarros que anda a circular, mas ainda assim obter por parte da câmara um ponto de situação sobre esta questão.

A segunda é relacionada com o nosso hospital, nomeadamente com os serviços de urgências pediátricas e obstétricas, que têm estado encerradas no último mês de novembro em vários dias diferentes e, também, procurar saber se o executivo tem mais alguma informação que nos possa fornecer e qual tem sido o impacto do Serviço Nacional de Saúde referente a estas falhas na população.

Ilídio Ferreira (PS) – Senhor Presidente, na Assembleia Municipal de 30 de setembro, o meu camarada Manuel Esteves levantou aqui uma questão relacionada com uma notícia do jornal sobre colocação de massas asfálticas num determinado arruamento. Pareceu-nos que havia aqui na assembleia quem soubesse do assunto e pudesse ter esclarecido de imediato, não o fizeram e fizemos um requerimento que deixámos entregue para o Sr. Presidente perguntando se a notícia que tinha saído no jornal estava errada

ou se havia algum lapso, se foram adquiridas e aplicadas as 55 toneladas e onde é que foram aplicadas essas massas. Ficámos à espera, não obtivemos nenhuma resposta até hoje.

Segunda questão, no dia 16 de agosto de 2022 estava a tomar um café no estabelecimento ao lado dos serviços da câmara, em Vendas de Azeitão, e verifiquei que uma munícipe foi atendida na rua, porque a cadeira de rodas não entrou nas instalações. Fiz aquilo que achei que deveria fazer, que era correto fazer como deputado municipal, nesse mesmo dia enviei um e-mail para o Sr. Presidente dando conta do assunto. Até hoje não me foi sequer acusada a receção do e-mail e, tanto quanto sei, ainda não foi feito nada para ultrapassar o problema de acesso a pessoas com problemas de mobilidade.

Terceira questão, a propósito dos semáforos da Aldeia Grande, sei que é uma estrada nacional e que não é competência da Câmara Municipal, mas julgo que a câmara tem responsabilidade de, pelo menos, verificar situações de anormalidade e contactar os serviços correspondentes, no caso são as Infraestruturas de Portugal. Aqueles semáforos não funcionam, é uma zona de grande perigosidade onde já houve muitos acidentes com várias mortes ao longo dos anos e passam lá a 70, 80, 90, 100 Km à hora e os semáforos continuam verdes. Pedia se a câmara intercedia junto das Infraestruturas de Portugal no sentido de serem corrigidas as anomalias.

Luís Custódio (Presidente da Junta de Freguesia de Gâmbia-Pontes-Alto da Guerra) – Mais uma vez, trago aqui a questão das descargas ilegais na vala da Quinta do Fragoso. Durante mais de um mês as descargas estiveram paradas, agora na passada semana voltaram novamente a correr, embora em menor dimensão, mas nota-se bem o cheiro e vê-se lá o produto acumulado na própria vala.

Sei que está com o Ministério Público e não sei se a Câmara Municipal nos saberá adiantar mais alguma informação. A verdade é que lamentamos ter voltado a acontecer as descargas e estamos a ficar bastante preocupados, porque no início não se sabia o foco, mas depois se conhecer o foco continuar a existir aquelas ocorrências na vala é algo de grande preocupação. Tememos que, numa altura em que já se devia estar a pensar na descontaminação da vala, os responsáveis continuem a deitar para a vala aquilo que não deviam deitar.

Maria João Palma (PS) – A minha intervenção é relativa à notícia que saiu na comunicação social e que se intitula “Câmara Municipal anuncia injeção de 9 milhões de euros na economia local.” Inicialmente, quando li esta notícia fiquei contente, obviamente, era interessante que se fizesse essa injeção financeira na economia local, mas quando comecei a ler o corpo da notícia deparei-me com a constatação de que esses 9 milhões de euros eram para pagar dívidas a pequenos e médios fornecedores e também a uma dívida às associações. Foi o descambar da minha felicidade e do espírito natalício que pensei ter assolado o executivo camarário.

Há aqui qualquer coisa que não bate certo, não sei se é uma questão de semântica, mas para mim calote a minha mãe ensinou-me que era quando se tinha uma dívida e transformar um calote e o pagamento do mesmo em injeção financeira na economia local, há aqui qualquer coisa que não me parece muito bem.

Gostava de saber, Sr. Presidente e senhores vereadores, se a Câmara Municipal não terá recebido a injeção proveniente da ação com as Águas do Sado em que foi pago uma garantia bancária na ordem dos 12 milhões e 500 mil euros, como se pretendia pagar até ao final do ano este valor. Se este valor corresponde às dívidas mais antigas, o quão antigas são estas dívidas e que dívidas é que ainda ficam por pagar? Significa, no meu ponto de vista, que os injetores financeiros na realidade foram aqueles que prejudicaram a economia local e porque tinha um calote de 9 milhões de euros prejudicaram efetivamente a economia local.

Também pergunto se este dinheiro era para pagar as dívidas mais antigas e se essas dívidas mais antigas serão pagas àqueles que fecharam por via da pandemia e que ficaram com as dívidas da Câmara Municipal pendentes e por pagar? Também gostava de saber se os 9 milhões foram suficientes para pagar a totalidade da dívida ou se eventualmente ficaram ainda valores por pagar? Na realidade gostava que houvesse um esclarecimento relativamente a este efeito de semântica em que a língua portuguesa, às vezes, é traiçoeira e que na realidade aquilo que é dito, não é o que é a verdade.

Rui Lamim (PSD) – Vou falar sobre a questão da Comissão Nacional de Proteção de Dados. Convém clarificar as causas da coima de que o município foi alvo no valor de 170 mil euros e as causas da coima são quatro: “1.º – *Violação do princípio da integridade e confidencialidade.*” Estou a ler aquilo que está no despacho da Comissão Nacional de Proteção de Dados. “2.º – *Violação da integração da obrigação de designação de encarregado de proteção de dados.* 3.º – *Houve repreensão por violação do princípio de limitação de conservação.* 4.º - *Dever de facultar informação quando os dados são recolhidos.*”. São as causas que muitos falam, mas poucos leram o documento. São estas quatro que deram origem a uma coima de 170 mil euros, que é baixa quando comparado quando a Câmara de Lisboa foi alvo, mas era escusada, porque foram erros de gestão da CDU.

Quanto ao recurso que é anunciado, é positivo, porque se a câmara conseguir eximir-se ao pagamento dos 170 mil euros, melhor será obviamente. De qualquer forma, como li o que a Comissão Nacional de Proteção de Dados escreveu, onde é dito no seu ponto 4 que o arguido, isto é a Câmara Municipal de Setúbal, protestou juntar 19 documentos, o que até à presente data não ocorreu, a pergunta que faço é, quais são estes 19 documentos que o município não forneceu à Comissão?

Paula Soeiro (PSD) – Vou remeter para as questões que solicitei que fossem enviadas para o executivo, em 26 de outubro, e vou escusar-me de fazer a leitura dela e que gostaria que o executivo respondesse.

Manuel Esteves (PS) – A minha intervenção hoje é curta, mas vem no sentido do esclarecimento por parte do Sr. Presidente do executivo sobre o que é que se passa no loteamento mais conhecido em Azeitão, que é o loteamento Xavier de Lima.

Este loteamento tem sido muito, muito achincalhado por causa de algumas más intervenções que têm feito e algumas delas pelo loteador, sem dúvida nenhuma, mas há uma situação em que os azeitonenses precisam de esclarecimento, porque há um compromisso entre a CDU sobre o Mercado Municipal que está para ser executado ali naquele loteamento. Vou ler aqui o último parágrafo da ex-Presidente, datado de 24/09, na Ata que diz o seguinte: “*O mercado já devia estar pronto, o projeto está feito e está tudo orçamentado, ontem houve uma notificação e se não se começar com o mercado vamos acionar a garantia bancária para sermos nós a fazer o mercado.*” Ora bem, passado dois anos o loteamento está acabado, o loteamento está encerrado, não se circula dentro do loteamento e não se sabe porquê, andamos a interrogar-nos sobre o assunto e queremos saber quando é que é feita esta promessa da CDU e muito necessitada dos azeitonenses, que é o Mercado Municipal.

I - b) INTERVENÇÃO DO EXECUTIVO

Presidente da Câmara – Vou procurar responder às questões que os senhores deputados colocaram e começava pelas obras do interface e as obras da estabilidade da encosta do Forte de São Filipe. Relativamente à situação do interface temos um problema que é o não cumprimento por parte da empresa da instalação de equipamentos que ficou de instalar e que até agora não o fez, naturalmente que os nossos serviços estão a acompanhar este processo e junto da empresa a tomar as decisões e as medidas que são necessárias. O que é um facto, é que o equipamento não foi instalado e não tem condições para funcionar na sua plenitude, designadamente o parque de estacionamento e os sanitários. Esta é a situação e os serviços estão a acompanhar para ver se conseguimos encontrar aqui uma solução para que a entidade competente possa fazer a verificação do funcionamento e da instalação adequada desse equipamento para que a câmara possa receber a obra. Relativamente às obras de estabilidade da encosta do Forte de São Filipe, há todo um processo a decorrer, houve uma candidatura que foi aprovada na ordem, se a memória não me falha, dos 4 milhões de euros que foi aprovada, depois há uma componente nacional que o Ministério das Finanças se comprometeu a disponibilizar. O processo arrastou-se bastante tempo, entretanto, era necessário o visto do Tribunal de Contas que, por sua vez, exigia a garantia por parte do Estado Português de que assumia a quota parte do financiamento. Tudo isto se arrastou e chegou a um ponto, até, da Sra. Presidente do POSEUR (Programa Operacional

Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos), que é um fundo que financia e que aprovou o financiamento, de enviar uma carta à Câmara Municipal a dizer que não havia condições para manter o financiamento dado o arrastamento deste processo.

Tomei as iniciativas que entendi e finalmente conseguiu-se desbloquear este processo, o Sr. Ministro das Finanças despachou o processo com a garantia do financiamento da quota parte nacional e o Tribunal de Contas também rapidamente deu o visto. Neste momento, foi enviado todo esse processo à Sra. Presidente do POSEUR e já recebi uma carta a dizer que acompanhará as obras. Todo o processo do concurso já tinha decorrido e, neste momento, as obras estão em condições de se iniciar.

Já agora dizer, porque o senhor deputado considerou que, de facto é uma perca grave para o concelho de Setúbal e eu também considero, mas era importante e muito rapidamente também considerar a situação. A pousada que funcionava no Forte de São Filipe estava num estado de degradação avançada e logo que houve a indicação de que haveria falhas na estabilidade da estrutura, o concessionário entendeu encerrar a pousada com esse argumento. Depois desenvolveu um conjunto de iniciativas, inclusivamente junto da Câmara Municipal, de que ele não tinha condições ou achava que não tinha condições para continuar a explorar a pousada e que estaria na disponibilidade de fazer uma subconcessão. Nós contestámos naturalmente essa posição e desenvolvemos um conjunto de iniciativas, que não vou agora aqui falar sobre elas, mas que tinham como objetivo garantir por parte das entidades nacionais que se pronunciassem sobre o património e que têm a responsabilidade da avaliação do património nacional no sentido de se ver a possibilidade de ampliação da pousada para que houvesse melhores condições para que o concessionário pudesse explorar aquele estabelecimento, o qual, para nós, é um estabelecimento que também tem de ser de referência como todo aquele património.

O que acontece é que o próprio concessionário desenvolveu os procedimentos nos termos que lhe comunicámos e que as entidades competentes também nos tinham transmitido sobre a possibilidade de vir a aprovar um projeto que obedecesse à garantia da conservação e da imagem do património nacional que representa o próprio Forte. A empresa entendeu avançar com esse projeto e o que sabemos é que o projeto de ampliação da pousada foi aprovado e a informação que temos, neste momento, é que logo que haja esta 2ª fase das obras de estabilidade da encosta, que o concessionário estará disponível para iniciar as obras de ampliação da pousada. Isto é uma notícia, para nós, muito importante, porque a pousada, o Forte são património e atividade económica de relevância para o nosso concelho. Deixar, também, aqui aos senhores deputados esta informação positiva no meio destas dificuldades todas e que logo que termine esta 2ª fase da obra, esperemos que com esta 2ª fase a estabilidade se venha a verificar, porque na 1ª não se conseguiu atingir esse objetivo, que a seguir o concessionário possa fazer a obra de ampliação da pousada para termos um equipamento de referência. Mais um equipamento de referência no nosso concelho e que a pousada possa ser explorada e os visitantes, os setubalenses e azeitonenses que queiram, através do Forte, observar as paisagens do nosso concelho de excelência.

Relativamente às questões da recolha seletiva, senhor deputado peço imensa desculpa, mas a informação que solicita não a tenho, o que implica ter que fazê-lo por escrito e é isso que faremos relativamente às questões que colocou sobre este assunto. Naturalmente que todo o processo da recolha seletiva tem estado a ser desenvolvido com êxito, é a informação que temos, agora não tenho é aqui mais dados do que isto e, também, relativamente a todo o plano de desenvolvimento deste projeto.

Depois não percebi, falou da possibilidade de um aterro no concelho de Setúbal. Não há, como sabe a gestão em alta dos resíduos, chamemos-lhe assim, está vedada essa competência às câmaras municipais. Há uma entidade que é a AMARSUL que faz a gestão dos resíduos em alta e é a essa entidade que cabe essa gestão. Não está previsto nenhum aterro no concelho de Setúbal, nem podia estar no quadro em que os municípios estão sujeitos àquilo que são as orientações e as decisões dessa empresa que foi privatizada como sabem. É uma empresa que tem 49% do capital dos municípios e, neste momento, 51% são privados e os municípios no contrato que foi estabelecido quando a empresa era pública, capitais públicos 49% dos municípios e 51% do Estado, deixou de o ser e estamos sujeitos a isso e somos obrigados a depositar lá os resíduos e a pagar os preços que a empresa cobra. Sobre isso falaremos uns dias mais à frente ou daqui a um mês ou 2, para se ver o problema que temos em mãos, mas é esta empresa que decide sobre isso.

Quanto à situação dos transportes, senhor deputado, creio que é público toda a iniciativa e ação que o município e as juntas de freguesia do nosso concelho tomaram, no sentido de pressionar a empresa a ter um serviço de qualidade, porque foi esse que os municípios da Área Metropolitana contrataram, neste caso os 5 municípios que fazem parte deste lote e era exigível que esta empresa cumprisse com esse contrato. Foi isso que fizemos ao longo de meses, como é público e é sabido.

Temos a informação de que ainda há dias a empresa tornou público um comunicado a dizer que estava a cumprir 100% o contrato, naturalmente que não podemos subscrever essa declaração, mas o que podemos dizer é que no último mês, pelo menos no mês de novembro, a situação melhorou significativamente. Na nossa avaliação ainda está longe de atingir o serviço de qualidade que foi contratado e por isso continuamos a acompanhar e a exigir que a empresa cumpra com esse contrato.

Só para terminar, continuamos a acompanhar como é nossa obrigação, embora como também é sabido o contrato não é gerido pelas câmaras municipais, é gerido pelos Transportes Metropolitanos de Lisboa, que é a empresa pública que foi constituída no âmbito do Conselho Metropolitano.

Peço imensa desculpa senhores deputados, mas mais à frente, se tiver oportunidade, continuarei a dar resposta às questões que aqui foram colocadas.

Paulo Lopes (PS) – Estranhamente o Sr. Presidente da Câmara não respondeu a uma única questão colocada pelos deputados municipais do Partido Socialista e já não é a primeira vez, é uma discriminação que não é positiva, até porque parte das intervenções que aqui foram feitas foi exatamente por não haver respostas. Queremos aqui deixar o nosso protesto por, efetivamente, em 10 minutos o Sr. Presidente respondeu a todas as bancadas menos às questões que o Partido Socialista levantou.

1. Recomendação “Para que a Câmara Municipal de Setúbal celebre um Acordo Coletivo de Empregador Público, com as estruturas sindicais representativas dos Bombeiros Sapadores de Setúbal” (PS) (conforme documento registado sob o n.º 18, arquivado em pasta anexa à presente ata)

Mariana Crespo (PAN) – Relativamente aqui a esta recomendação, gostaria de perguntar à bancada do PS e após análise do documento, porquê a distinção de referir no ponto 1 o Sindicato Nacional dos Bombeiros Sapadores e depois no ponto 2 outras estruturas sindicais, sabendo que existem, pelo menos da minha pesquisa, três estruturas sindicais, se não seria mais adequado incluí-las todas no mesmo ponto. Se poderiam considerar, também, a possível constituição de uma Comissão de Trabalhadores, que além do trabalho dos sindicatos, acabam por ser duas estruturas diferentes e talvez contribuíssem melhor ou mais eficazmente para este problema. Referente ao ponto 4, se considerariam a possibilidade, também, deste assunto ser acompanhado em comissão apropriada na Assembleia Municipal.

Aqui não sei se será uma pergunta à bancada do PS ou ao executivo, mas ficou uma dúvida relativamente ao ponto 5, se não estava prevista a construção de um quartel na zona de Casais da Serra, em Azeitão, porque parece-me que, ainda mais sendo eu munícipe de Azeitão, esta ideia de ter dois quartéis numa vila geograficamente tão estreita que talvez não fosse a melhor solução para esta questão.

Flávio Lança (IL) – Gostava de afirmar que os Bombeiros Sapadores são um exemplo de profissionalismo, dedicação e compromisso inabalável com a segurança e o socorro no concelho de Setúbal e que é fundamental assegurar que não existam problemas no seu funcionamento, nos equipamentos e nas demais áreas.

Consideramos que é necessária uma análise mais profunda para se contribuir para uma melhor resposta ao problema e, nesse sentido, a Iniciativa Liberal pede à bancada do PS que retire esta proposta de votação e aceite baixar à Comissão de Economia, Administração e Finanças para que se faça uma avaliação e apresente um relatório sobre a situação atual dos Bombeiros Sapadores de Setúbal, a segurança e socorro no concelho.

Vítor Rosa (BE) – Aquilo que tinha para, de alguma forma, corroborar com algumas questões levantadas pelo PAN e pela Iniciativa Liberal, estando de acordo aqui com os considerandos, isto mostrou um conjunto de situações de contratação coletiva, decisões judiciais, revisão do regulamento, inclusão orçamental e disponibilização de documentos à assembleia e era que toda esta matéria descesse à comissão para que pudesse ser avaliada e não nesta assembleia para não se tomar aqui decisões, se calhar, precipitadas atendendo à complexidade da situação.

Manuel Fernandes (PS) – Dado que o tempo é pouco, é escasso, este é um assunto que implica uma discussão mais profunda até mesmo aqui, porque o documento que trazemos é para ser votado exatamente aqui. É uma recomendação, não é um documento de fundo, nada impede, obviamente, que este assunto seja discutido depois da aprovação ou de uma apreciação mais profunda em sede de Comissão Permanente e ser levado à discussão na Comissão de Economia e Finanças ou numa outra que se entenda, mas este documento é para ser exatamente votado aqui tal qual como está.

O não saber o que se passa com os bombeiros é grave, se houver algumas bancadas que não estejam a acompanhar o que se está a passar com os bombeiros é grave, tendo em conta que há um problema que já tem anos, alguns deles mais de dois anos, e que têm tido consequências bastante graves e que se têm tornado públicas.

Julgo que é do conhecimento de todos que estamos a passar por um momento de greve, que está a decorrer uma greve dos Bombeiros Sapadores Municipais durante um mês, desde o dia 16 de novembro a 16 de dezembro e aquilo que tem acontecido, penso que a recomendação é clara, é a falta de diálogo entre as partes. Falta de diálogo essencialmente com este sindicato que, por acaso, é o mais representativo do corpo de bombeiros, tem mais de 70% de representatividade do corpo dos bombeiros, razão pela qual se fala neste sindicato.

De que qualquer das formas a proposta de recomendação visa essencialmente criar um espaço para o diálogo e nada melhor do que um acordo da empresa, ou um acordo de um ACEP, um acordo de emprego público, porque é disso que se trata, esse é o espaço privilegiado entre as partes para se poderem pronunciar acerca das divergências, algumas delas já muito profundas. Julgo que a recomendação é clara quanto a esse assunto, à falta de diálogo, aliás, tivemos aqui um bombeiro que se expressou e que me dispensa de alguns pormenores relativamente a esta matéria, porque a situação foi cabalmente escrita e a divergência está cabalmente escrita. Resta apenas evidenciar o facto perante o que o Bombeiro Sapador Luís Simões aqui trouxe, acrescento apenas que a resposta do executivo foi um pedido de clarificação relativamente aos fundamentos da greve e uma tentativa, diria, de boicotar a greve a partir do momento em que interferiu junto da DGAEP para que se clarificassem esses fundamentos e se clarificassem os serviços mínimos. Também gostaria de dizer que esses serviços mínimos, segundo o que veio a público e aquilo que diz respeito ao acórdão que foi tornado, também, ele público, os serviços mínimos superaram aquilo que é a normalidade do quotidiano dos bombeiros, ou seja, os serviços mínimos impõem um contingente de 22 Sapadores e o que é denunciado é que diariamente não temos mais do que 13, 14 Sapadores ao serviço do concelho. É disso que se trata e aqueles serviços mínimos que são garantidos ou, pelo menos, os que são propostos e exigidos estão garantidos. Não querendo e não podendo, obviamente, alongar mais acerca desta matéria, diria que esta matéria é apenas para ser votada nesta assembleia.

Rui Lamim (PSD) – No passado dia 16, o PSD apresentou aqui na reunião de câmara, uma moção intitulada “Resolução da situação laboral da Companhia de Bombeiros Sapadores de Setúbal”. Este texto que aqui está é em tudo semelhante, uma cópia ou uma reprodução dessa moção que não foi aprovada na reunião de câmara, porque houve o voto de qualidade do Sr. Presidente de Câmara. Ela devia ter sido aprovada no dia 16, o texto e o conteúdo é o mesmo pelo que apelamos, com urgência, à resolução desta questão.

Luís Maurício (CH) – Dada a importância que os Bombeiros Sapadores têm para o concelho de Setúbal, dado o conhecimento de todos que este executivo não está a querer dialogar com os bombeiros, algo que o partido CHEGA não consegue compreender, dada a importância de os Bombeiros Sapadores darem a vida por todos nós, o partido CHEGA vai estar e vai continuar a estar sempre ao lado dos bombeiros.

Por isso vamos estar ao lado desta recomendação do Partido Socialista, porque vemos nela algo que pode melhorar a situação dos Bombeiros Sapadores. Temos que estar sempre ao lado dos Bombeiros Sapadores, o executivo tem de falar e tem que tentar resolver o problema dos Bombeiros Sapadores, não é ficar em silêncio, porque é a segurança dos setubalenses que está posta em causa. Por isso, o partido CHEGA, como sempre, vai estar ao lado das forças de segurança, vai estar ao lado dos bombeiros, porque são eles que dão a vida por todos nós.

Vanessa Silva (CDU) – Estamos no âmbito de uma competência da Câmara Municipal e penso que será útil ouvi-la sobre o processo que aqui é referido, até porque nesta reunião já vieram, dadas como verdades absolutas, aspetos que já ouvimos noutros momentos a Câmara Municipal dar a informação em sentido diferente.

As matérias de recursos humanos são complexas e delicadas e aconselham alguma parcimónia nas palavras e, sem dúvida, o diálogo é o caminho que permite encontrar soluções. Não nos parece que esta recomendação que aqui hoje é apresentada crie esse espaço de diálogo como, aliás, o aproveitamento político que está a ser feito pretende fazer.

A recomendação apresentada, também, parece assentar num equívoco, a Câmara Municipal não interrompeu as negociações com o Sindicato Nacional dos Bombeiros Sapadores, os ACEP, de acordo com a lei, apenas podem regular algumas matérias, nomeadamente aspetos relativos à duração e organização do tempo de trabalho e de higiene e segurança no trabalho. De acordo com o artigo 355, da Lei do Trabalho em Funções Públicas, não pode contrariar normas imperativas da lei e, por esse motivo, é que a proposta que foi apresentada pelo sindicato não pôde ser aceite por este município.

Consideramos que a câmara é competente pela organização do tempo de trabalho e do trabalho, o que implica a gestão e organização dos serviços de acordo com a lei. Naturalmente valorizamos o trabalho da Companhia de Bombeiros Sapadores de Setúbal no socorro às populações e valorizamos, também, o trabalho da Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de Setúbal. Apelamos a que, por este motivo, não se continue a perpetuar este aproveitamento político para que seja possível, de facto, ter um diálogo que seja profícuo e que leve a bom porto as questões que estão em cima da mesa.

Presidente da Mesa – Só quero fazer uma chamada de atenção. Sem pôr em causa a legitimidade que uma bancada qualquer ou um grupo municipal tem para fazer recomendações desta natureza, estamos já a levar a discussão para terrenos que estão dentro do âmbito da liberdade sindical e da realidade da organização dos trabalhadores e isso vale para as comissões de trabalhadores. Pode haver uma comissão de trabalhadores ou uma subcomissão de trabalhadores, mas é da autonomia dos trabalhadores a definição dessa organização, como é da autonomia dos sindicatos a vontade de negociar ou não negociar, não cabe às entidades patronais, de facto, definirem com quem é que devem negociar ou não.

Era só este reparo que quero deixar para enquadrar melhor a discussão, porque a celebração do acordo coletivo depende sempre da vontade de duas partes, como sabemos, mas depois diz-se que se não houver acordo vai para o procedimento normal.

Só quero pôr um ponto nesta questão, não podemos interferir naquilo que é a autonomia sindical, a liberdade sindical e a autonomia da organização das comissões de trabalhadores e serão os trabalhadores a definir as formas de organização e intervenção.

Manuel Fernandes (PS) – Agradeço as palavras do Sr. Presidente da Assembleia, percebendo nelas que, intuitivamente, foi uma resposta à pergunta do PAN quando perguntou porque razão é que não se recomendava a criação de uma comissão de trabalhadores, era nesse sentido que estava a intervir.

Não havendo mais intervenções, foi a recomendação aprovada por maioria e em minuta, com 19 votos a favor, 10 do PS, 6 do PSD, 2 do CH e 1 do PAN, 17 votos contra da CDU e 2 abstenções, 1 do BE e 1 da IL.

Paula Soeiro (PSD) – Fez a seguinte declaração de voto: *“Tal como consta da moção “Resolução da situação laboral da Companhia de Bombeiros Sapadores de Setúbal”, apresentada pela vereação do PSD em reunião de 16 de novembro e recusada pelos vereadores da CDU, com o voto de qualidade do Sr. Presidente André Martins, há mais de um ano que os Bombeiros Sapadores e o sindicato que os representa tem vindo a tornar público os problemas que existem na companhia, principalmente através da sua presença e intervenção nas reuniões de Câmara Municipal e da Assembleia Municipal.*

Temos vindo a constatar que há uma pressão crescente e uma relação de grande instabilidade entre os bombeiros e o Sr. Comandante da Companhia, bem como o executivo municipal na pessoa do Sr. Presidente de Câmara. Por diversas vezes é mencionado pelos bombeiros que não há diálogo, uma vez que sempre tentaram chegar a uma via negociada e essa não se concretizou por falta de vontade do executivo.

O PSD votou favoravelmente a recomendação do Partido Socialista, pois uma relação tóxica não beneficia nenhuma das partes, muito menos os profissionais que deviam estar concentrados exclusivamente na sua formação e atuação junto da população.”

Presidente da Mesa – Vou aproveitar este episódio da entrada de um deputado, enquanto se fazia a contagem, porque poderá servir para evitar algumas confusões futuras. De facto, temos que ter uma regra prática nisto, as votações têm que ser feitas até à contagem, quando se inicia a contagem de votos tem que se contar quem estava e quem exerceu o seu voto. Aqui não se alterava o sentido de voto, era mais um, menos um e não alterava, mas pode acontecer que altere e as pessoas apareçam inopinadamente quando se está a contar os votos e pode gerar confusão. É claro que a assembleia pode pedir para repetir a votação ou pode a Mesa fazer isso, mas convém que se vote quando se está e quando não se está, paciência, é melhor que se fique um pouco mais no corredor para não se gerar aqui algumas dúvidas.

2. Recomendação “Taxa mínima de IMI para arrendamento acessível” (IL) (conforme documento registado sob o n.º 19, arquivado em pasta anexa à presente ata)

Paula Soeiro (PSD) – Feita a leitura da recomendação da Iniciativa Liberal tínhamos algumas reservas relativamente à ausência de períodos de implementação, ou seja, não está datado e também a sua fundamentação em termos financeiros com impacto no orçamento municipal e, também, se é possível dissociar dentro da taxa do IMI a aplicação desta taxa mínima especificamente para o arrendamento acessível.

João Luz (CDU) – A bancada da CDU não irá acompanhar esta recomendação entendendo que os beneficiários de tal medida já estão, do ponto de vista fiscal, beneficiados por isenções de IRS e IRC destinadas aos senhorios ao abrigo da Porta 65.

Encontravam-se ausentes da Sala de Sessões os senhores deputados municipais: dois da CDU, um do PS, um do PSD e um do CH.

Não havendo mais intervenções, foi a recomendação rejeitada por maioria e em minuta, com 11 votos a favor, 9 do PS, 1 do CH e 1 da IL, 16 votos contra, 15 da CDU e 1 do BE, e 6 abstenções, 5 do PSD e 1 do PAN.

Paulo Lopes (PS) – Fez a seguinte declaração de voto: *“O Partido Socialista votou favoravelmente esta proposta, pois entendemos que o arrendamento acessível por parte de privados não está a ser devidamente estimulado e esta podia ser mais uma medida que poderia ser um atrativo para os privados poderem colocar apartamentos no arrendamento acessível. Tem sido feito noutros locais, não com muito sucesso, eventualmente é preciso mais benefícios para que os proprietários privados coloquem apartamentos em que as rendas não excedam, no máximo, 80% do valor da renda fixada em portaria.”*

Vítor Rosa (BE) – Fez a seguinte declaração de voto: *“A recomendação da IL ignora por completo, em nossa opinião, de forma consciente os reais problemas da falta de habitação disponível para arrendamento acessível e procura dar mais um benefício direto aos senhorios complementando a isenção de IRC e de IRS ao abrigo do programa Porta 65.*

Uma das razões para a falta de habitação no arrendamento acessível é a especulação imobiliária e aí a IL não poderia ir contra os seus valores liberais que possam pôr em causa essa especulação, deixando ao sabor da completa desregulação do mercado dos valores das rendas e, por isso, nos encontramos no ponto onde estamos de rendas altíssimas e completamente inoportáveis para quem tem baixos salários.

A IL refere timidamente a falta de habitação, mas é contra a intervenção do Estado no mercado de arrendamento ou na construção que a ele pertence, coisas liberais que vem no papel da intervenção do Estado em certos setores, um diabo na cruz que impede à iniciativa privada o funcionamento de mercados.

A IL limita-se a propor um valor não apresentando sequer a concretização prática desta recomendação, que critérios, que condicionalismos, que espaços imobiliários abrangidos e o Alojamento Local pode ser requisitado para o arrendamento acessível? Face ao exposto, votámos contra.”

3. Recomendação “Isenção de IMT para jovens até 35 anos” (IL) (conforme documento registado sob o n.º 20, arquivado em pasta anexa à presente ata)

Flávio Lança (IL) – Senhor Presidente só dar aqui nota, porque isso não está no título da recomendação *“jovens até 35 anos na compra de primeira habitação própria e permanente cujo valor de aquisição não ultrapasse os 200 mil euros.”*

Paulo Lopes (PS) – É muito rápido, não tenho tempo, mas é para fazer uma proposta de alteração à da Iniciativa Liberal. Na sua parte deliberativa onde diz *“cujo valor de aquisição não ultrapasse os 200 mil euros”* o Partido Socialista entende que à imagem do que acontece, porque a atual isenção fica nos 92 mil e qualquer coisa picos euros, aquilo que propomos é que a Iniciativa Liberal altere os 200 mil para 125 mil euros, porque é o mesmo valor que consta para a isenção do pagamento do IMI e aí faz sentido. Não percebemos porque é que aparece os 200 mil, qual é o fator aqui discriminatório que levaram a este valor.

João Luz (CDU) – A bancada da CDU não irá acompanhar esta recomendação da Iniciativa Liberal e vamos socorrer-nos, coisa que não é muito habitual, das palavras de eleitos do Partido Socialista na Câmara Municipal de Lisboa para dizer que esta recomendação beneficia um determinado conjunto de pessoas, determina e apoia à compra de habitação num período em que a situação económica e financeira das famílias é a que é.

Flávio Lança (IL) – Para dizer que aceitamos a proposta do PS para alterar o valor dos 200 mil euros para os 125 mil euros.

Não havendo mais intervenções, foi a recomendação rejeitada por maioria e em minuta, com 13 votos a favor, 9 do PS, 1 do PSD, 2 do CH e 1 da IL, 16 votos contra, 15 da CDU e 1 do BE, e 6 abstenções, 5 do PSD e 1 do PAN.

Vítor Rosa (BE) – Fez a seguinte declaração de voto: *“Defende a IL isenção de IMT para jovens até 35 anos para compra de primeira habitação própria permanente e que é uma medida de justiça intergeracional como se a justiça intergeracional dependesse de um benefício fiscal. Já agora este conceito de justiça intergeracional mereceria aqui uma análise bem mais profunda, mas o que está em análise é uma proposta de isenção total de IMT para jovens até 35 anos na compra da primeira habitação própria permanente, cujo valor de aquisição não ultrapasse, neste caso, os 150 mil. E aqui não podemos estar de*

acordo, porque a exemplo da anterior recomendação da IL, esta enferma dos mesmos erros de análise do mercado imobiliário, não fazendo qualquer análise à especulação imobiliária e financeira a que assistimos com as entidades bancárias a aumentar as taxas de juro e spreads para garantirem lucros obscenos, a criarem dificuldades de renegociação de créditos à habitação, a facultarem através de esquemas duvidosos crédito mal parado. Não olhando para a capacidade de endividamento destes jovens, na sua maioria com baixos salários e empregos precários, apenas propondo a isenção do imposto como solução para todos os males na aquisição de uma habitação, nem olhando, novamente, para critérios de quem pode ou não avançar para a aquisição nestes valores, como seria feita a avaliação dos eventuais beneficiários abrangente pois a isenção, pessoas com capacidades financeiras completamente díspares, além disso, esta isenção poderia ser dada a todos os projetos imobiliários, incluindo os que contribuíssem para mais especulação. Perante o exposto votámos contra.”

Regressaram à Sala de Sessões os deputados municipais, um da CDU e um do PS.

Francisco Cabral (PSD) – Fez a seguinte declaração de voto: “Considerando que existe uma grande falha naquilo que é a oferta de habitação pública e habitação acessível e considerando que, também, a média ou a idade média dos jovens portugueses a sair de casa é uma das maiores da Europa, não deixar de considerar esta recomendação, embora não resolva todos os problemas acaba por ser um dos caminhos para aquilo que deve ser a nossa resposta municipal, não deixando de notar que existe falta de fundamentação.”

II – MOÇÕES E RESOLUÇÕES

1. **Moção “Dia Internacional de Luta contra a Violência sobre a Mulher” (PS)** (conforme documento registado sob o n.º 21, arquivado em pasta anexa à presente ata)

Não havendo intervenções, foi a moção aprovada por unanimidade e em minuta.

Paula Soeiro (PSD) – Para uma interpolação à Mesa, de seguida vai aparecer a moção da CDU sobre a mesma temática ou vai intercalar? Porque temos uma declaração de voto que é abrangente às duas.

Presidente da Mesa – Sim, podemos fazer a votação a seguir.

Paula Soeiro (PSD) – Assim junto as duas.

Vítor Rosa (BE) – Senhor Presidente, embora esteja como saudação a do Bloco, se for possível e houver acordo da assembleia, seriam todas colocadas e ganharíamos tempo relativamente a esta matéria se houver acordo e consenso entre as bancadas.

Presidente da Mesa – Se não houver objeções será assim que se procede.

Também a saudação que o Bloco apresentou que é relativamente ao “Dia Internacional da violência contra as Mulheres”, os três documentos que são as duas moções e uma saudação sobre a violência contra as mulheres votam-se de seguida.

2. **Moção “Tolerância de novembro” (IL)** (conforme documento registado sob o n.º 22, arquivado em pasta anexa à presente ata)

Flávio Lança (IL) – *“Em Novembro cumpriu-se Abril. Nunca é demais lembrar este facto que se mantêm escondido e nos impede de reconhecer e conciliar com a nossa história, sobretudo por motivos ideológicos que se desvaneceram já com o passar do tempo, bem como pela clarividência que só a passagem do mesmo pode trazer.*

A 25 de Novembro de 1975 Portugal assistiu à vitória da moderação sobre o extremismo, foi dado ao povo português a possibilidade de ter uma palavra a dizer sobre o seu futuro e a sua organização económica, política e social, reconhecendo aos cidadãos o pleno uso da sua liberdade individual.

Apesar de ainda ser controverso, por incompreendido, Abril e Novembro são indissociáveis. Ambos representam o fim de uma opressão fascista e totalitária e a implementação de uma democracia liberal e parlamentar que, apesar de vários erros, nos afastou de ideais que se mostraram por demasiadas vezes limitadores da própria Humanidade. Creio ser hoje maioritária a visão de que este momento marcante e único da nossa história recente não se trata de um movimento reacionário, mas antes de uma consequência natural e evolutiva de uma sociedade e de um povo fartos de totalitarismos e com vontade de tomar o seu futuro nas suas mãos, exprimindo-se livremente e renegando formas políticas extremistas de esquerda e direita.

Em Abril ganhámos a liberdade, em Novembro ganhámos a democracia representativa. As duas ideias são expressão única e indissociável da sociedade que todos devemos ambicionar e os portugueses merecem. Não devemos esquecer, mas podemos compreender os excessos revolucionários como parte da liberdade de expressão política, ainda que seja difícil perceber que se tenha ouvido, durante o esfriar da temperatura de um mês quente, que “Portugal jamais teria uma democracia representativa”, frase dita sem pudor por um génio jurídico com honras de avenida na nossa cidade.

Apelamos a esta Assembleia que se junte na recordação e louvor ao 25 de Novembro de 1975, mostrando solidariedade com os seus heróis incompreendidos e mostrando que, enquanto existirem dúvidas no reconhecimento marcante desta data, em que a paz e a tolerância prevaleceram sobre a guerra e o extremismo, não poderemos caminhar rumo a um futuro de liberdade e prosperidade que só uma democracia liberal pode proporcionar.”

João Luz (CDU) – Começava por solicitar, na sequência do que aconteceu há pouco e se os proponentes estiverem de acordo, pudéssemos discutir, também, o voto de louvor apresentado pelo partido CHEGA sobre o mesmo tema.

Sobre esta moção em concreto e antecipando alguns dos argumentos para outro momento, dizer que, no nosso entendimento, trata-se de um exercício de revisionismo histórico sem qualquer ligação à realidade do país e à realidade do processo revolucionário de Abril de 74. Aliás, esta própria moção enferma num erro grave que ultimamente tem vindo a fazer caminho na linguagem de muitos, até de alguns insuspeitos, mas que vão começando lentamente a conversar qual o seu sentido, qual a sua análise e qual o seu compromisso com a revolução de Abril.

A frase que coloco aqui em cima da mesa é aquela que diz, *“Em Abril ganhámos a liberdade, em Novembro ganhámos a democracia representativa.”* A democracia representativa é indissociável de Abril e é sobretudo indissociável de Abril de 75, onde nessa data e uns bons meses antes de Novembro, este país elegeu uma assembleia constituinte representativa do povo português e é uma absoluta falsidade, é uma mentira histórica que tenha sido em Novembro que Portugal tenha ganho o que quer que seja, quanto menos uma democracia representativa. Aquelas forças e aqui o senhor deputado da Iniciativa Liberal coloca como atacando a democracia representativa ou dizendo que em Portugal jamais existiria, se calhar, é aconselhável ir ver a frase no concreto e aquilo que foi dito, mas de qualquer das formas são precisamente essas as forças que se bateram em Portugal pela defesa da democracia representativa ao contrário de outros que sabemos bem onde é que andavam e onde é que andariam hoje se não tivesse havido o 25 de Abril de 74.

Não havendo mais intervenções, foi a moção rejeitada por maioria e em minuta, com 28 votos contra, 17 da CDU, 10 do PS e 1 do BE, 3 votos a favor, 2 do CH e 1 da IL e 7 abstenções, 6 do PSD e 1 do PAN.

Marco Costa (PS) – Fez a seguinte declaração de voto: *“Senhor deputado Flávio Lança, também reservamos alguns dos argumentos por uma questão de não repetição que justificam o nosso voto contra esta moção para um voto de louvor com a mesma temática apresentado pelo partido CHEGA.*

Pela parte do Partido Socialista não houve, nem nunca haverá alguma forma de menosprezar, de fazer cair no esquecimento, desprestigiar o 25 de Novembro de 1975, mas creio que um erro recorrente dos partidos mais à direita ou mais liberais é redigir documentos desta natureza, deste género que assinalam esta data em comparação ou em justaposição ao 25 de Abril, creio que isso não é necessário.

Para valorizarmos uma data não precisamos de desprestigiar outra e creio que é aí que peca e que não recolhe, nem nunca recolherá o nosso voto favorável.

Este facto, apesar de várias tentativas já recorrentes do PSD noutros anos anteriores e dos partidos mais à direita, tentativas mais ou menos moderadas acaba sempre de forma mais ou menos intencional por criar a valorização de um evento histórico em deterioração ou em detrimento de outro.

Pela parte do Partido Socialista torna-se lógico que nunca deixaremos de prestigiar o 25 de Abril, considerado por nós e pela grande maioria da sociedade como um dos, se não, o evento ou acontecimento histórico mais importante e determinante da nossa história e da democracia que cada um de nós aqui representa.”

Rui Lamim (PSD) – Fez a seguinte declaração de voto: *“Sobre o texto desta moção o que poderíamos falar acerca de títulos como “em Novembro ganhámos a democracia representativa” ou lá mais em baixo, “a democracia liberal”, no entanto, o que queremos dizer é que o 25 de Novembro de 75 é uma das datas mais relevantes da nossa história recente. Os acontecimentos desse dia e anos não devem, no entanto, ser vistos de forma isolada, mas numa sequência de acontecimentos que levaram ao atual sistema político, à democracia estável que somos. E mais importante do que hoje estar a cavar diferenças e focar num evento há muito ocorrido, é hoje bem mais produtivo não tentar extremar e radicalizar a sociedade de forma artificial, mas focar nos problemas de hoje que nos afetam e são a face menos agradável da democracia que temos e que são a maior carga de impostos quando, de forma incompreensível, temos os serviços públicos a caminharem para a falência de funcionamento de forma generalizada.*

O país não cresce, não se desenvolve com este Governo, é este que deve ser o nosso foco, é esta a saída e o foco que deve ser a saída do empobrecimento a que estamos a ser encaminhados.”

Vítor Rosa (BE) – Fez a seguinte declaração de voto: *“A moção da IL com o título “Tolerância de Novembro” mais não é, na nossa opinião, uma moção de branqueamento do que aconteceu no período entre 25 de Abril de 74 e 25 de Novembro de 75, esquecendo os 48 anos de ditadura que o país viveu com Salazar, Américo Tomás e Marcelo Caetano.*

Diz a moção ser hoje maioritária a visão de que este momento marcante e único da nossa história recente, não se trate de um movimento reacionário, mas antes uma consequência natural e evolutiva de uma sociedade e de pós factos totalitarismos e com vontade de tomar o futuro nas suas mãos, exprimirem-se livremente e renegando formas políticas extremistas de esquerda e de direita, como se de 25 de Abril de 74 até 25 de Novembro de 75 estivéssemos a viver num regime totalitarista, governado por forças extremistas de esquerda ou direita, esquecemos propositadamente o 11 de Março e 28 de Setembro, tentativas golpistas de direita e extrema-direita contra a revolução de Abril.

Procurando uma demonstração de aparente neutralidade a IL deixa em branco papel dos heróis incompreendidos sem referir quais, talvez para a IL os seus heróis incompreendidos sejam, a exemplo de outras forças de direita, Spínola, Kaúlza de Arriaga, entre outros. Diz a IL que a 25 de Novembro de 75 Portugal assistiu à vitória da moderação sobre o extremismo, foi dado ao povo português a possibilidade

de ter uma palavra a dizer sobre o seu futuro e a sua organização económica, política e social que reconhecendo aos cidadãos o pleno uso da sua liberdade individual, como se de 25 de Abril de 74 até 25 de Novembro de 75, aqueles a quem Abril deu liberdade, vivessem sem poder decidir o seu futuro, vivessem sem o uso da sua liberdade individual sem poder decidir a sua opção social e económica. Foi essa liberdade que Abril trouxe e não 25 de Novembro, que permitiu, ainda nos dias de hoje, ter uma Constituição como lei principal do país com direitos que alguns, entre eles a IL, querem retirar ou reduzir, por isso, votámos contra esta moção.”

3. **Moção “Dia Internacional pela eliminação das violências contra as mulheres” (CDU)** (conforme documento registado sob o n.º 23, arquivado em pasta anexa à presente ata)

Flávio Lança (IL) – Pedimos a votação ponto a ponto na moção da CDU, pois é extremamente confusa e não entendemos exatamente o alcance de alguns dos pedidos, alguns dos quais roçando o limiar da inconstitucionalidade.

João Luz (CDU) – Tendo em conta o pedido que é feito, gostaríamos de saber qual é o ponto ou os pontos que roçam o limiar de inconstitucionalidade.

Flávio Lança (IL) – Indicaria aqui o ponto “c” onde refere “Sinalizar e acompanhar os agressores, não apenas no decurso do processo criminal e judicial, mas igualmente com medidas que permitam perceber as causas das práticas em questão e prevenir futuras reincidências”.

Eunice Pratas (PS) – A bancada do Partido Socialista também pede que esta moção, apresentada pela CDU, seja votada alínea a alínea.

Presidente da Mesa – Não havendo mais intervenções vamos passar à votação sendo feita, sem objecções e com a anuência dos autores, alínea a alínea.

- a) Aprovada por unanimidade.
- b) Aprovada por unanimidade.
- c) Aprovada por maioria, com 35 votos a favor, 17 da CDU, 10 do PS, 6 do PSD, 1 do BE e 1 do PAN, 1 voto contra da IL e 2 abstenções do CH.
- d) Aprovada por maioria, com 25 votos a favor, 17 da CDU, 6 do PSD, 1 do BE e 1 do PAN, 1 voto contra da IL e 12 abstenções, 10 do PS e 2 do CH.
- e) Aprovada por maioria, com 25 votos a favor, 17 da CDU, 6 do PSD, 1 do BE e 1 do PAN, 1 voto contra da IL e 12 abstenções, 10 do PS e 2 do CH.
- f) Aprovada por unanimidade.
- g) Aprovada por unanimidade.

Flávio Lança (IL) – Fez a seguinte declaração de voto: “Obviamente que acompanhamos os pontos a, b, f e g, considerando críticos o reforço dos meios para a prevenção e combate a este flagelo que leva anualmente a vida de muitas mulheres e deixa outras com marcas físicas e psicológicas tão ou mais graves do que a própria morte.

Todos temos um papel a desempenhar nesta luta e apenas o respeito inequívoco e integral pelo sofrimento de todos os seres vivos é compatível com uma visão liberal da sociedade.

Não compreendemos o ponto “c”, onde parece ser sugerido que se esqueça a presunção de inocência dos acusados e se pretenda uma sinalização e condenação precoce de alguém que ainda não teve oportunidade de se defender ou tenha sido condenado.

Percebemos o perigo iminente em alguns casos, mas queremos que as autoridades judiciais, que têm já ferramentas necessárias para resolver estas situações, de resto bem enquadradas nos variados instrumentos legais. Se não são corretamente aplicados este é um problema a ser revisto e um dos grandes problemas do nosso país e que se chama justiça.

No ponto “e” não acompanhamos o conservadorismo da CDU e defendemos a liberdade de uso do corpo por cada um, nem impomos considerações morais sobre as escolhas individuais, caso a CDU se estivesse a referir ao tráfico de seres humanos para fins sexuais contra a sua vontade, estaríamos obviamente ao seu lado, mas não é isso que está a ser exposto neste ponto.

Finalmente, no ponto “d” reconhecemos qualquer iniciativa legislativa que vise remover o genocídio da nossa moldura penal e consideramos que a proteção do trabalho sexual deve ser regulamentada para proteção de quem opta livremente por esta profissão. Não nos cabe substituir as escolhas morais de cada indivíduo, esta foi e será sempre uma diferença fundamental face à CDU, nunca tentaremos controlar a vida de ninguém e, por isso, nunca terminaremos numa ditadura.”

Eunice Pratas (PS) – Fez a seguinte declaração de voto: *“A prostituição, a pornografia e a gestação de substituição são temas complicados de debater na nossa sociedade, são temas que envolvem várias esferas delicadas da nossa sociedade, mas vamos por partes. A gestação de substituição é fortemente regulada em Portugal com o parecer positivo de várias entidades, como, por exemplo, o Conselho de Ética, como também foi amplamente discutida na Assembleia da República e na sociedade de modo a salvaguardar os direitos da mulher e do casal implicados neste processo.*

Regulamentar, não menciono legalizar o trabalho sexual e quero que interpretem nas minhas palavras que a pornografia e prostituição seriam uma mais-valia em termos de segurança pública e laboral de quem pratica estas atividades, como também para quem procura as mesmas.

É utópico achar que a proibição seria a solução, muitas foram e são as mulheres e crianças à mercê do tráfico sexual e humano, porque a proibição torna o negócio mais atrativo. Ele existe, quer queiramos ou não, mas não devemos baixar os braços na luta da proteção de todos estes cidadãos e cidadãs que recorrem a estas “atividades laborais”, mas devemos tentar uma abordagem diferente do que a proibição e a criminalização que os dignifique e os proteja.”

Joana Tomé (CDU) – Fez a seguinte declaração de voto: *“A CDU, naturalmente, votou a favor da moção que apresentou e gostávamos de deixar aqui claro duas coisas.*

Primeiro, felizmente a CDU tem tido um trabalho inquestionável no acompanhamento de mulheres em situação de prostituição e em situação de saída da prostituição, portanto, sabemos daquilo que estamos a falar. Quando falamos em mulheres na prostituição, mulheres prostituídas percebemos que a escolha aqui é a escolha entre comer e dar comida aos filhos, que não é uma escolha, não há uma escolha quando se tem que se decidir entre vender o corpo e dar comida aos filhos. Isto é a maior parte das pessoas que se encontram em situação de prostituição. Quando dizemos que a escolha é uma falácia, é isto que temos quando nos abordam falando em exemplos de empoderamento e de as mulheres poderem decidir a sua própria vida e não é o que está aqui em causa, o que está aqui em causa é, quando não há outra escolha possível e as mulheres têm de recorrer a esta situação.

O que acontece quando, de facto, existem mulheres que nas instituições, com as quais temos contacto, têm muita dificuldade em reconhecerem e em verbalizarem as situações em que se encontraram e em desmontarem esta questão liberal de ter sido uma escolha ou não ter sido uma escolha.

Quando as mulheres se começam a aperceber daquilo que passaram e daquilo que tiveram de fazer em situação de prostituição, de facto, apercebem-se que não é uma escolha, nunca foi uma escolha. Mesmo que existam mulheres que estejam em situação de prostituição por escolha, elas são um número ínfimo,

mínimo e temos estudos sobre isso e poderemos passar à assembleia se quiserem. Temos que escolher aqui entre estar com a maioria das mulheres que se encontram na prostituição, que precisam de perspectivas de saída e que precisam de perspectivas de ajuda, precisamos de estar ao lado das mulheres que estão nesta situação por obrigatoriedade, por não terem escolha, em vez de estarmos com as mulheres que dizem que têm escolha.

Quando nos falamos em regulamentação da prostituição, temos números de países em que isto foi regulamentado há mais de uma década e o que acontece é que, em cada um destes países, aumentou o tráfico humano, aumentou a exploração das mulheres, aumentou a degradação das condições em que estas mulheres se encontram e é neste sentido que a CDU nunca poderá considerar isto uma forma de trabalho e nunca poderá considerar isto uma forma digna de vida.”

Flávio Lança (IL) – Acrescentar à minha declaração de voto: “Que o nosso sentido de voto foi favorável em adotar programas específicos legalmente previstos que assegurem a saída das mulheres prostituídas. Quem não está de livre vontade, obviamente, que estamos de acordo que existam apoios e as ajudem nessa saída.”

III – SAUDAÇÕES, VOTOS DE LOUVOR E DE PESAR

1. **Saudação “Pescadores” (PSD)** (conforme documento registado sob o n.º 24, arquivado em pasta anexa à presente ata)

Alexandre Teles (PSD) – Durante o mês de outubro decorreu a semana do Mar, uma parceria conjunta entre o Município, a APSS, APORVELA e a Marinha Portuguesa, desde já saudamos iniciativas como estas. Agora, sendo eu de uma terra de pescadores, não quero deixar de passar a oportunidade, apesar do Dia Nacional do Pescador ser a 31 de maio, de os saudar. Setúbal há muitos anos que é uma terra virada para o rio e o mar, basta lembrar um pouco o passado presente das muitas indústrias conserveiras que tanto contribuíram para o desenvolvimento da cidade.

Todos sabemos que os tempos mudaram, mas ainda existem muitos setubalenses que arriscam a vida todos os dias trazendo peixe para os mercados da nossa cidade, não só para o Mercado do Livramento, mas para todos os outros que também existem, os quais o município, muitas vezes, os esquece e pouco os dinamiza e desenvolve.

Gostava, também, de salientar o grande esforço que o pequeno empresário tem feito no desenvolvimento da ostricultura e piscicultura no Rio Sado. Temos um estuário com condições extraordinárias para o mesmo e o resultado final traduz-se num produto de elevada qualidade que no caso das ostras, uma grande percentagem, é para exportação, mas no caso do peixe a maior percentagem é para consumo interno.

Nós setubalenses cada vez mais achamos que a nossa cidade deve estar ligada ao turismo e aos serviços, devemos conciliar o que temos de bom e promove-lo, capacitando estes empresários com mais condições para expandir o negócio.

Não deixo, também, de falar das Festas da Nossa Sra. do Rosário de Troia, um evento centenário onde começa a pairar algumas dúvidas até quando a possibilidade do mesmo ocorrer na Caldeira de Troia. Vamos perdendo cada vez mais o acesso à Serra da Arrábida, não queremos, também, perder o acesso à Caldeira de Troia, simplesmente por interesse económico.

Por isso, com todo o apreço e respeito que devemos a estes homens do mar, o PSD saúda, enaltece e valoriza todos os homens e mulheres que diariamente arriscam a sua vida no mar e às suas famílias que aguardam em terra o seu regresso.

Também homenageia todos aqueles que, ao longo dos tempos, deram o melhor das suas vidas no desempenho de uma profissão tão árdua e perigosa. Reconhecendo, também, a nossa comunidade piscatória, pelo contributo que ao longo dos tempos deu a Setúbal, principalmente no domínio do desenvolvimento económico e também na sua contribuição para a história e cultura da nossa terra.

Mariana Crespo (PAN) – Gostaria de começar por dizer que todas as profissões devem merecer o nosso respeito, sendo, obviamente, o esforço e risco a que os pescadores estão sujeitos, algo que merece ser devidamente reconhecido.

Contudo, o teor desta saudação parece constituir uma tentativa de exercício poético anacrónico pelo seu texto, por um lado é discriminatório e diria que até sexista, porque aparentemente só são alvo de saudação os homens pescadores valentes, morenos e marcados pela vida, mulheres não há.

Por outro lado, confunde os seus próprios objetivos quando saúda a pesca de lazer, ou seja, estamos aqui a mostrar tudo, quem pesca por lazer e quem faz disso sua profissão. Fica confuso.

Por outro lado, pretende, também, louvar ideais religiosos que não contribuem aqui nada. Mais importante, obviamente não poderia deixar de ser, procura também fazer esquecer que a pesca não é uma forma de sintonia com a natureza, mas também uma das atividades económicas com maior impacto nos nossos oceanos, por este motivo não poderemos, infelizmente, acompanhar esta saudação.

Luís Leitão (CDU) – Acompanhamos a saudação aos pescadores e a quem desempenha esta profissão, no entanto, queremos lembrar que quem abateu ou contribuiu para abater muito da frota pesqueira foi o professor Aníbal Cavaco Silva, se estou bem lembrado e, portanto, não se pode passar aqui uma borracha por este assunto. É que para saudar os pescadores é preciso que haja embarcações, é preciso quem pesque, é preciso que estas pessoas tenham condições, coisa que o PSD não contribuiu para o mesmo, aliás, contribuiu para acabar e, como bem diz e bem escreve, para que a mesma possa ser apenas uma memória e dando um bom contributo.

Julgo que esta saudação poderá ser uma “mea” culpa do PSD, talvez, e das políticas que têm feito.

Relativamente aos pescadores, acompanhamos a saudação a estes homens, no entanto, queremos lembrar que o Sindicato dos Trabalhadores da Pesca de Setúbal já não existe, ele foi extinto e pedimos que fosse substituído para Sindicato dos Pescadores do Sul, que é o que existe.

Alexandre Teles (PSD) – Ao que parece a deputada Mariana Crespo não deve ter lido a saudação até ao fim, porque ela diz que enaltece e valoriza todos os homens e mulheres que diariamente arriscam a sua vida no mar.

Aceitamos a alteração do sindicato.

Não havendo mais intervenções, foi a saudação aprovada por maioria e em minuta, com 37 votos a favor, 17 da CDU, 10 do PS, 6 do PSD, 2 do CH, 1 do BE e 1 da IL, e 1 voto contra do PAN.

2. **Saudação pelo 112.º Aniversário do Vitória Futebol Clube (PS)** (conforme documento registado sob o n.º 25, arquivado em pasta anexa à presente ata)

Tiago Pereira (PS) – A bancada da Assembleia Municipal do Partido Socialista saúda o Vitória Futebol Clube pelo seu 112º aniversário, saudando as modalidades amadoras que movimentam milhares de crianças, jovens e adultos na prática desportiva de formação, competição e manutenção.

Saudamos a massa associativa numa situação que não é favorável e que continua a apoiar o Vitória. Desejamos que no futuro as modalidades continuem a dignificar o nome do Vitória e da nossa cidade como nos tem habituado e no que respeita ao futebol que este regresse rapidamente ao seu lugar por direito, à 1ª divisão. Parabéns Vitória.

Não havendo mais intervenções, foi a saudação aprovada por unanimidade e em minuta.

Rui Lamim (PSD) – Fez a seguinte declaração de voto: “*Minhas senhoras e meus senhores, com sotaque setubalense pelos 112 anos do Vitória: Vivó Vitória!*”

3. **Saudação pela alteração do regime jurídico das autarquias locais, com vista à criação da NUT II e NUT III da Península de Setúbal (PS)** (conforme documento registado sob o n.º 26, arquivado em pasta anexa à presente ata)

Flávio Lança (IL) – Queria pedir se era possível votar ponto a ponto.

João Luz (CDU) – Esta saudação que o Partido Socialista nos apresenta incorre no mesmo problema que outros documentos que o Partido Socialista já aqui nos tem apresentado, que é o erro, na nossa opinião, de apresentar saudações e intenções e como diz o ditado popular “*de boas intenções..*” sabemos o resto. Aquilo que acontece e que aconteceu durante muito tempo nesta região, com responsabilidades dos governos do Partido Socialista e do PSD, acompanhado umas vezes com o CDS ou sozinho, foi a criação de profundas assimetrias regionais, a sua manutenção e a incapacidade de perante aquilo que foi a atividade, a denúncia, a proposta, a proposição de um conjunto de soluções, por parte dos agentes de desenvolvimento desta região, nunca terem dado qualquer seguimento a esta questão. Foram anos e anos em que a região foi prejudicada, designadamente, no acesso a fundos comunitários.

A esta saudação falta-lhe um conjunto de matéria prévia a 2013, mas também já depois de 2013, a identificação dos principais protagonistas que nesta região tomaram medidas sobre esta matéria, designadamente no quadro do Plano Estratégico de Desenvolvimento da Península e da Associação de Municípios da Região de Setúbal.

Coloca-se uma outra questão, é que, mais uma vez, o Partido Socialista ao saudar intenções e a dar entrada na Assembleia da República de uma proposta de lei, dá por certo aquilo que ainda não é certo, nem responde ao imediato designadamente no período de programação financeira europeia que temos pela frente. É adiar, mais uma vez, para o futuro, para o final da década, isto se acontecer, isto se se vier a confirmar que é assim, a resolução deste problema da correção de assimetrias regionais.

Relembro nesta assembleia um histórico, ainda que resumido, porque não temos tempo para tudo, de intenções já muitas vezes saudadas, o aeroporto de Lisboa no Campo de Tiro de Alcochete, terceira travessia do Tejo Barreiro-Chelas, plataforma logística Poceirão-Marateca, alta velocidade, prolongamento do Metro Sul do Tejo, Hospital no Seixal, ampliação do Hospital de São Bernardo que ainda está por acontecer e por aí fora, por aí fora, por aí fora. Este é o histórico de intenções com que temos sido confrontados nesta assembleia.

Percebo o papel do Partido Socialista, que é o de procurar saudar e até de alguma forma conter aquilo que é a pressão sobre o seu Governo e as dificuldades que tem vindo a enfrentar, entendemos que é preciso construir soluções e soluções que deem respostas imediatas aos problemas do desenvolvimento desta região e à correção das assimetrias regionais, mas o contributo concreto do Partido Socialista na região é precisamente o inverso, é o da proteção do Governo e dos seus interesses e não o dos interesses da região. Este tem sido o histórico e este continua a ser o presente como se vê num conjunto de atitudes e de medidas tomadas pelo Partido Socialista aqui na região de Setúbal.

Vítor Rosa (BE) – À saudação apresentada pelo PS sobre a alteração do regime jurídico das autarquias com vista à criação da NUT II e III da Península de Setúbal, é importante lembrar que os problemas estruturais de que a Península de Setúbal sofre na área de transportes coletivos rodoviários e ferroviários, a dificuldade na mobilidade interconcelhia, as debilidades na proteção ambiental, a desorganização urbanística, a grave emergência habitacional ou baixos níveis de acesso a cuidados de saúde primários, a par da fragilidade social que se revelam em taxas de pobreza, desemprego e de violência doméstica não se resolvem apenas com acesso a fundos europeus.

Tanto o PS como o PSD têm feito o acesso aos fundos comunitários, o Alfa e o Ómega do desenvolvimento da região, sem assumirem responsabilidades pela privatização ao quadro de desmantelamento de empresas estratégicas, como o Arsenal do Alfeite ou a OMS, pela ausência de uma política de portos coerentes, pelos atrasos persistentes sem grandes investimentos como o Hospital do Seixal, a ponte Seixal-Barreiro, a expansão do Metro Sul do Tejo, só para citar algumas.

Regressando à questão das NUT também aqui é preciso memória, desde logo para lembrar que a integração da Península de Setúbal na região mais rica do país foi feita a pedido do Governo PSD/CDS sem o acordo dos municípios da região. Aqui chegados, e estando de acordo com as alterações, permitem num futuro próximo a possibilidade de melhores apoios e de investimentos na Península de Setúbal. Entendemos que a saudação que o PS de Setúbal faz ao seu Governo foi o reconhecimento de todos os avanços e recuos que o próprio PS teve neste processo, mas em relação à qual não nos revemos dado que na prática o Governo PS não fez mais que a sua obrigação.

Face a toda a pressão que existiu e que provocou, como disse anteriormente, avanços e recuos do próprio PS, solicitamos ao Partido Socialista que a votação seja ponto por ponto.

Ponto 1 – Foi rejeitado por maioria e em minuta, com 19 votos contra, 17 da CDU, 1 do BE e 1 da IL, 16 votos a favor, 10 do PS e 6 do PSD, e 2 abstenções do CH.

Ponto 2 – Foi rejeitado por maioria e em minuta, com 19 votos contra, 17 da CDU, 1 do BE e 1 da IL, e 19 votos a favor, 10 do PS, 6 do PSD, 2 do CH e 1 do PAN, e com o voto de qualidade do Sr. Presidente da Mesa.

Ponto 3 – Foi aprovado por unanimidade e em minuta.

Flávio Lança (IL) – Fez a seguinte declaração de voto: *“Obviamente que saudamos a criação da NUT II e III para a Península de Setúbal, mas não podemos ficar calados e não expressar a nossa perplexidade pelo facto de o PS propor uma saudação de louvor à entrada de requerimento e processo de intenções ao que nos parece desadequada e completamente extemporâneo.*

Na Iniciativa Liberal estamos habituados a trabalhar com resultados palpáveis, com objetivos ambiciosos, temos efetivamente uma proposta diferente e fundamentada para a melhoria da vida dos setubalenses.

Não entendemos como se pode saudar a entrada de uma proposta de lei, ainda não discutida nem aprovada, podendo sofrer ainda várias alterações ou então será que o PS vangloria de ser aberto à discussão e depois, como tem maioria absoluta, sabe desde o início que vai aprovar o que quiser? Obviamente, saudamos todos os envolvidos neste processo, mesmo os representantes do PS que de início se opuseram à ideia, mas queremos que esta Assembleia Municipal servirá melhor os interesses dos setubalenses sem momentos de autoelogio e propaganda.”

Paula Soeiro (PSD) – Fez a seguinte declaração de voto: *“O PSD saúda o Partido Socialista por este ter reconhecido a possibilidade de alteração do regime jurídico das autarquias locais, com vista à criação da NUT II e NUT III da Península de Setúbal, dando razão e continuidade aos trabalhos que se iniciaram na Assembleia da República, em 1 de junho de 2021, após o pedido do deputado Nuno Carvalho do Partido Social Democrata para um debate de urgência.*

O Partido Socialista vem agora reconhecer, tal como fizemos, as consequências erradas da situação que resultou da revisão do mapa territorial em 2013, pelo Ministro Miguel Relvas. Mas, durante anos, do lado do Governo socialista as respostas apontavam sempre que a mudança da classificação destas unidades administrativas não iria ter qualquer resultado prático em termos de fundos, tendo inclusive sido reiterado pelo Secretário de Estado do Desenvolvimento Regional, na altura, Carlos Miguel que a criação de uma NUT III não influenciaria o acesso a fundos comunitários para a Península de Setúbal se esta permanecesse integrada na AML. Nessa altura, tal como se enuncia agora, para o Partido Social Democrata sempre foi possível permanecer na Área Metropolitana de Lisboa e criar uma nova NUT II e III, porque o Governo socialista não indicava o impedimento legal a nível europeu de existir uma Área Metropolitana com mais

do que uma NUT II, pois o que existe é uma lei nacional que pode perfeitamente ser alterada no sentido de harmonizar esta questão e eliminar esta injustiça. Falta agora que o Governo, em particular a Ministra da Coesão Territorial Ana Abrunhosa, responda que mecanismos é que vão ser realizados até 2027 para ajudar a que a Península de Setúbal seja tratada de forma diferente como merece.”

João Luz (CDU) – Fez a seguinte declaração de voto: “A bancada da CDU votou contra esta saudação, tendo em conta que ela se limita a saudar intenções e entradas de propostas para discussão na Assembleia da República.

Não entramos neste campeonato da propaganda sobre estas matérias, nem da paternidade, mas há questões que temos que aqui colocar. Em 2008, aquando da apresentação na Assembleia da República da Estratégia de Desenvolvimento para o Distrito de Setúbal e de um Plano Integrado de Desenvolvimento da Península de Setúbal e onde se colocavam precisamente estas questões das assimetrias regionais intrametropolitanas, PS e PSD rejeitaram-no e não o saudaram.

Estamos com décadas de atraso a recuperar assimetrias de desenvolvimento que têm responsáveis e é nesse sentido que não podemos acompanhar a saudação que aqui foi apresentada.”

Ilídio Ferreira (PS) – Fez a seguinte declaração de voto: “A entrada em vigor da Lei 75/2013 foi extremamente penalizadora para a Península de Setúbal e existem números muito concretos que demonstram que, quer a nível de investimento, quer de criação de emprego e, naturalmente, com a consequente influência na situação económica e social, a Península, como disse, foi bastante afetada.

Desde há uns anos que um conjunto largo de entidades setubalense e de associações se envolveram na procura da sensibilização das entidades governamentais para rever a situação. Foi uma luta que uniu muita gente, que uniu praticamente todos os partidos, e nos últimos 2 anos toda a sociedade setubalense, considerando setubalense a Península de Setúbal, esteve unida nesta luta que era difícil e que continua a ser difícil, porque muitos não acreditavam na possibilidade das autoridades comunitárias virem a aceitar essa alteração.

Por essa razão e por ser uma luta difícil o Partido Socialista considerou que a saudação às medidas já tomadas era importante fazê-lo, até porque sabemos que as pessoas que tiveram mais envolvidas, nomeadamente a sociedade civil nesta luta, elas próprias se sentem, neste momento, satisfeitas pelos passos que já foram dados.

Naturalmente que ficaremos frustrados, nós próprios, o Partido Socialista, se os passos dados não se formalizarem naquela que é o fundamental que é a alteração que permita que a Península de Setúbal venha a usufruir de fundos em melhores condições. Desse ponto de vista, naturalmente, não nos sentimos nada tristes, por não terem sido aprovados os pontos 1 e 2, compreendemos a posição da oposição à proposta, mas teríamos, obviamente, gostado que também aqui tivesse havido uma posição unânime, que é aquela que tem sido a posição da sociedade setubalense nos últimos 2 anos.”

4. Voto de Saudação ao Dia Internacional pela Eliminação da Violência contra as Mulheres (25 de novembro) (BE) (conforme documento registado sob o n.º 27, arquivado em pasta anexa à presente ata)

Não havendo intervenções, foi a saudação aprovada por unanimidade e em minuta.

Joana Tomé (CDU) – Fez a seguinte declaração de voto: “A bancada da CDU votou favoravelmente a saudação do Bloco, porém, não pode deixar de frisar que não acompanha um conjunto de matérias que estão expressas nos considerandos, nomeadamente as concessões sobre a condição de mulher e também a diluição da luta das mulheres no conjunto de outras lutas que são legítimas, mas que não cabem neste dia. No entanto, havendo a questão comum mais alargada da necessidade de uma saudação a este dia e da importância dessa saudação, votámos a favor.”

Paula Soeiro (PSD) – Fez a seguinte declaração de voto: “A declaração de voto remete para os três documentos, para as duas moções e para a saudação.

O Dia Internacional pela eliminação da violência contra as mulheres deve ser mais do que um dia de alerta e de luta pelos direitos das mulheres, porque a violência em contexto de casal tem um forte impacto sobre a saúde física e mental de todos os familiares e em especial das crianças e jovens. Recorda-se as informações divulgadas recentemente pela Comissão de Proteção de Crianças e Jovens em que se registaram, até outubro, 317 sinalizações pelo crime de violência doméstica no concelho, mais de 36 casos dos que registados em igual período no ano 2021 e a nível distrital no ano 2021 foram registadas 2.474 ocorrências de violência doméstica.

Por todas as razões já esplanadas e pela consciência deste flagelo social inaceitável e presente em todas as sociedades, visível em número e em nome de vítimas que se agudiza em situações de crise económica e de guerra, o PSD votou favoravelmente as moções e a saudação apresentadas e manifesta o seu repúdio sobre todas as formas de violência em especial sobre as mulheres e raparigas.”

Eunice Pratas (PS) – Apenas para uma interpelação à Mesa. Senhor Presidente colocaria à Assembleia Municipal que se fizesse um minuto de silêncio por todas as mulheres que são vítimas de violência doméstica como as que foram vítimas de feminicídio. Ainda em 2022 muitas mulheres têm que garantir a sua liberdade e a sua independência e acho que devíamos fazer um minuto de silêncio por pesar destas mulheres que não têm a sua liberdade garantida.

Presidente da Mesa – Julgo que se aceitará, porque vai haver um minuto de silêncio nesta sala pelos votos de pesar e podíamos incluir a intenção desse minuto de silêncio abrangendo, também, a violência contra as mulheres.

5. **Voto de Louvor às Forças de Segurança (CH)** (conforme documento registado sob o n.º 28, arquivado em pasta anexa à presente ata)

José Carlos Ferreira (CH) – Tendo em conta uma constante campanha de desrespeito, de humilhação e de perseguição às Forças de Segurança em Portugal.

Entende a bancada municipal do CHEGA que as Forças de Segurança são o garante do Estado de Direito e de salvaguarda dos direitos, liberdades e garantias dos cidadãos. Desta forma estamos e estaremos sempre do lado certo, no apoio a estes profissionais que tudo dão, mas que se encontram abandonados há muito pelos constantes governos.

Reconhecemos que face ao último ataque concertado pelos jornalistas ligados à extrema esquerda radical, que tentaram, mais uma vez, denegrir as Forças de Segurança com o único intuito de manipularem a opinião pública.

Por tudo isto a bancada municipal do CHEGA submete a esta assembleia um voto de louvor a todas as Forças de Segurança como forma de reconhecimento do seu trabalho em prol de Portugal e dos portugueses.

João Luz (CDU) – Dizer que não acompanharemos este voto de louvor, colocando as seguintes questões: a bancada da CDU manifesta toda a sua solidariedade com os trabalhadores das forças de segurança e as suas justas reivindicações. Afirma a necessidade de não confundir parte destes elementos com o todo, afirma a necessidade da existência de mecanismos de controlo e de formação destes profissionais para o cumprimento da Constituição e da Lei e rejeita tentativas de limitação da liberdade de imprensa colocadas neste voto e com as quais não podemos concordar, nem acompanhar.

Mariana Crespo (PAN) – O PAN valoriza e respeita todas as forças de segurança como garantia do Estado de Direito, contudo, este voto de louvor assenta em acusações graves e não fundamentadas ao afirmar que as forças de segurança estão a ser alvo de difamação por uma suposta imprensa de extrema-

esquerda. Sabemos que tal deriva das recentes notícias acerca de racismo e xenofobia nas forças de segurança, situação que, obviamente, deve ser investigada e ao em vez de elevar as forças de segurança, que tanto o merecem, estamos novamente reféns de ataques políticos nos quais não nos podemos rever. Por este motivo, não iremos acompanhar este voto de louvor.

Encontravam-se ausentes da Sala de Sessões, um deputado da CDU, um deputado do PS e quatro deputados do PSD.

Não havendo mais intervenções, foi o voto de louvor rejeitado por maioria e em minuta, com 2 votos a favor do CH, 29 votos contra, 16 da CDU, 9 do PS, 2 do PSD, 1 do BE e 1 do PAN, e uma abstenção da IL.

Francisco Cabral (PSD) – Fez a seguinte declaração de voto: *“Naturalmente que o PSD está atento à necessidade da valorização de todas as Forças de Segurança e Forças Armadas, nunca confundem aquilo que é a parte com o todo, não obstante ainda aguardando investigação das graves acusações em causa. O PSD não pode acompanhar, sobretudo dado o aproveitamento político que aqui se verifica e ao qual o CHEGA nos tem habituado, mas também ao perigoso e grave ataque que o CHEGA aqui faz aos nossos jornalistas. O PSD não se guia por esta visão extremista securitária da sociedade, mas sim por um Estado de Direito livre e plural assento na Constituição.”*

Flávio Lança (IL) – Fez a seguinte declaração de voto: *“A Iniciativa Liberal não acompanha este voto de louvor do CHEGA, uma vez que não se trata de um louvor ao trabalho excecional e abnegado que as nossas forças de segurança desempenham, nem o reconhecimento do papel fulcral que tem numa democracia liberal e plural.*

O tema destacado pelo CHEGA, neste voto de louvor, baseia-se numa interpretação abusiva e infundada da investigação de um consórcio de jornalistas que deve ser respeitado e investigado pelas autoridades judiciais. A liberdade de expressão e o papel dos jornalistas numa democracia são o corolário do pensamento liberal, permitindo que potenciais abusos sejam denunciados e sujeitos a investigação pelas autoridades competentes, o que, de facto aconteceu neste caso.

Esperemos, pois, pelos resultados do inquérito e sendo confirmado as suspeitas condenemos a uma só voz a discriminação com base na raça, orientação política ou sexual, independentemente de quem as profere. Se não se provarem os factos, devemos também estar atentos a possíveis abusos de outros setores e denunciá-los. Um liberal lutar sempre pela verdade e pelo direito de todos a poderem usufruir.”

Vítor Rosa (BE) – Fez a seguinte declaração de voto: *“Neste voto de louvor o CHEGA pretende ser o garante único na defesa das forças da ordem, o que não é verdade para ninguém, mas que não corresponde à verdade e deve ser desmentido para acabar de vez com esta manipulação promovida por este partido na tentativa de influência de valores de extrema-direita nas forças de segurança. E se estamos de acordo que as forças de segurança são o garante do Estado de Direito e salvaguarda dos direitos, liberdades e garantias dos cidadãos, as mesmas e quem faz parte delas quando praticam ações que são perfeitamente condenáveis à luz do Estado de Direito no Estado Democrático em que vivemos, devem ser julgadas, porque ninguém está acima da lei.*

Diz o CHEGA que existe uma constante campanha de desrespeito, de humilhação e perseguição das forças de segurança em Portugal, como se isto fosse verdade, e não uma manipulação de informação corroborada pelos seus principais dirigentes. Seria honesto intelectualmente também citar várias queixas de cidadãos sobre o uso desproporcionado por vários elementos das forças de segurança, casos de Alfragide, Cova da Moura ou aqui mais perto no Bairro da Jamaica.

Diz o CHEGA que houve um ataque concertado por jornalistas ligados à extrema-esquerda radical com o intuito de denegrir as forças de segurança e manipular a opinião pública. Vindo do CHEGA até poderíamos considerar uma piada de mau gosto, mas uma piada, não podemos é deixar passar em claro esta forma de ataque ao direito à liberdade de informação e de uma comunicação social independente e livre.

Sabemos da dificuldade da extrema-direita em lidar com a liberdade de imprensa, mas é, por muito que custe ao CHEGA, a democracia a funcionar e porque queremos continuar em democracia e em pleno Estado de Direito que votámos contra este voto de louvor.”

Luís Maurício (CH) – Fez a seguinte declaração de voto: “Quando alguém apoia uma pessoa que diz “a bosta da bófia” está tudo dito.”

Marcos Costa (PS) – Fez a seguinte declaração de voto: “É lógico que não podemos concordar e até repudiamos expressões que aqui constam neste voto de louvor como a campanha de respeito, de humilhação, de perseguição das forças de segurança e que estarão sempre ao lado dos que se encontram abandonados e por um ataque concertado pelos jornalistas ligados à extrema-esquerda radical, se não fossem assim tão consecutivas até achava que era de propósito.

Este tema é muito profundo e até pedia ao Sr. Presidente alguma tolerância de 10, 20 segundos no tempo. Existe a Constituição, existe a Lei, existem regulamentos e existem os estatutos, existe sentido de Estado, de responsabilidade, existe bom senso, existe ética em política e todos sabemos que aos membros das forças de segurança é-lhes exigido que não podem ser militantes de um partido. Não sou eu que digo, são os mais conceituados constitucionalistas e penalistas que dizem que a intervenção militante dos membros de forças de segurança não é compatível com a garantia da ordem e segurança dos cidadãos, uma vez que isso põe em causa a sua isenção e constitui uma limitação ao nível da segurança que podem oferecer à sociedade. Inclusivamente o artigo 10º do estatuto profissional da PSP refere, mesmo que os polícias não possam fazer declarações que afetem a sua isenção política e partidária, que afetem a subordinação da PSP à legalidade democrática, à sua dependência perante os órgãos do Governo e à sua isenção política e partidária de coesão e prestígio da instituição ou que violem os princípios da hierarquia, de comando da sua disciplina. Todos sabemos isto e conseguimos reconhecer e exigir isto a um agente da autoridade, mas, da mesma forma que estranharíamos que um agente ou dirigente da PSP fosse candidato à Assembleia da República, ou a Primeiro-Ministro, ou a deputado municipal nesta casa, também estranhámos a tentativa reiterada dos políticos que tentam repetidamente imiscuir na defesa ou na crítica às forças de segurança como se fossem os seus fiéis mandatários, como se fossem os seus representantes sindicais ou a sua claque. Se queremos, de facto, reconhecer as forças de segurança e o papel determinante que eles representam e as suas reivindicações a nível pessoal, profissional, familiar e de bem-estar, se queremos prestigiar as forças de segurança começemos por respeitar os princípios que referi. Pautemos a nossa atuação com ética, com sentido de Estado, com responsabilidade e com bom senso.

Todos nós adoramos os senhores deputados do CHEGA e é por adorarmos tanto o vosso estilo único de intervenção que, também, temos o à vontade para vos pedir que não tragam a esta Assembleia Municipal, ou a outros órgãos do poder democrático, e que não apresentem temas desta importância com tamanha leviandade. Por estes motivos, o Partido Socialista, obviamente, votou contra.”

6. Voto de Louvor “25 de Novembro” (CH) (conforme documento registado sob o n.º 29, arquivado em pasta anexa à presente ata)

Luís Maurício (CH) – Como muitos há pouco disseram da proposta da Iniciativa Liberal, vamos repetir o que foi a verdadeira história, mas não é a verdade do Partido Comunista e do Bloco de Esquerda, o que para mim é me indiferente.

“Voto de Louvor ao Major-General Jaime Neves e aos militares que fizeram o 25 de novembro de 1975. A bancada do Partido CHEGA, vem por esta via apresentar um voto de louvor ao Major-General Jaime Neves e a todos os militares, nomeadamente os comandos por ele chefiados, que com coragem e espírito patriótico, derrotaram as forças da extrema-esquerda a 25 de novembro de 1975. Relembramos esses bravos heróis, muitos deles esquecidos, que nessa data histórica, travaram as forças da extrema-esquerda, que se preparavam para implantar em Portugal mais uma ditadura comunista. Relembramos que o que gerou esta reação, foram as ações de homens como Vasco Gonçalves, Otel Saraiva de Carvalho, entre outros dos seus camaradas, que após a demissão do Marechal Spínola a 30 de setembro de 1974, ilegalizaram a quase totalidade dos partidos de direita, perseguiram, prenderam e torturaram os seus militantes e seguidores. Promoveram no que ficou chamado de ‘verão quente’ o PREC, invadindo propriedades agrícolas em todo o país, fábricas, imóveis privados, que culminou nas nacionalizações e na destruição do tecido empresarial português. O 25 de Abril de 1974 foi importante, porque derrubou o Estado Novo, mas o 25 de novembro de 1975, foi muito mais importante, porque foi esta data histórica que colocou Portugal no verdadeiro caminho da Democracia. Por este motivo a bancada do Partido CHEGA, apresenta esta proposta de louvor aos homens e mulheres que travaram uma luta heroica nesta data, que colocou Portugal na rota definitiva da Democracia.”

João Luz (CDU) – Este voto de louvor, apresentado pela bancada do partido CHEGA, tem a vantagem de ser mais claro e mais transparente do ponto de vista dos seus objetivos e dos seus conteúdos e por essa via congratulamos este partido por isso, não há aqui equívocos sobre esta matéria. Incorre, no entanto, nos mesmos problemas, falou da questão da história e, de facto, estamos precisamente perante mais um exercício de revisão da história. Um exercício de revisão que ignora o 11 de Março e o 28 de Setembro, que ignora que Vasco Gonçalves em Setembro de 75 já não era Primeiro-Ministro do Governo provisório, que sobre o Marechal Spínola fala de admissão, mas esquece de contar o resto. Também faz, à semelhança do que já aqui foi dito, uma comparação que não é uma comparação inocente, porque aqui vai mais longe do que outros, afirma claramente que o 25 de Abril foi importante, foi assim uma coisa que aconteceu, mas que o 25 de Novembro esse sim foi muito mais importante, é o que aqui nos é dito. Aliás, este voto de louvor consegue fazer um apanhado das principais conquistas da revolução de Abril e dizer que foi o pior que nos aconteceu, antes é que estávamos razoavelmente bem.

Este voto à semelhança, um pouco, do voto da Iniciativa Liberal e estas moções de congratulação sobre o 25 de Novembro deixam sempre alguma dúvida no ar, porque são precisamente estes os partidos que, regra geral, combatem o socialismo vigente na sociedade portuguesa. Afinal, vivemos num socialismo ou vivemos no país que foi alcançado com o tal 25 de Novembro, que reconstituiu monopólios, que reconstituiu grandes grupos económicos que hoje dominam o país novamente, que reconstituiu, por exemplo, Espíritos Santos e por aí fora com as consequências que todos conhecemos. A pergunta que fazemos é se é este ou não o país em que vivemos? Afinal, vivemos numa ditadura socialista ou vivemos numa democracia?

Vitor Rosa (BE) – Ao revanchismo que a extrema-direita tem para com 25 de Abril junta, também, a tentativa de revisionismo histórico com mentiras à mistura.

Este voto de louvor aqui apresentado, consegue tudo isso a reboque de afirmações falsas. Relembramos esses bravos heróis, muitos deles esquecidos, que nessa data histórica trabalhavam as forças da extrema-esquerda que se preparava para implantar em Portugal mais uma ditadura comunista, nada mais falso. Pergunto, qual ditadura comunista? Conseguem justificar esta afirmação passados estes 48 anos? Nunca houve essa intenção das forças de esquerda, pouco falta aqui para continuar a alimentar o mito de que os comunistas iriam comer as criancinhas.

Relembramos que o que gerou esta reação, foram as ações de homens como Vasco Gonçalves, Otel Saraiva de Carvalho, entre outros dos seus camaradas, que, após a demissão do Marechal Spínola, a 30 de setembro de 74, ilegalizaram a quase totalidade dos partidos de direita, perseguiram, prenderam e

torturaram os seus militantes e seguidores, outra mentira histórica. Pergunto, qual a totalidade dos partidos de direita ilegalizados? O CHEGA não estará a falar do MIRN/PDP – Partido de extrema-direita chefiado por Kaúlza de Arriaga, apoiado pelo ditador Franco? É deste saudosismo que o CHEGA gostaria que estivesse singrado contra o 25 de Abril de 74?

Promoveram o que ficou chamado verão quente, o PREC, invadindo propriedades agrícolas em todo o país, fábricas, imóveis privados que culminou nas nacionalizações e na destruição do tecido empresarial português. Não conseguimos apontar um exemplo, não fundamentamos uma única afirmação, apresentamos generalidades buçais para justificar a existência de muitos desses empresários e latifundiários, mas omitindo, ao mesmo tempo, o seu papel de exploração de trabalhadores e trabalhadoras, nalguns casos, de famílias inteiras a viver com ordenados baixíssimos e em grande pobreza económica e social em perfeita convivência com o Estado Novo.

A reboque de um pretenso voto de louvor a uma data, procura-se sim com afirmações falsas denegrir a importância do 25 de Abril e o seu papel revolucionário na transformação democrática de Portugal.

João Luz (CDU) – Cada um tem os seus heróis, isso não constitui problema, mas não queremos deixar de passar esta ocasião para colocar uma questão de fundo, de alguma forma nesta assembleia, o papel de Jaime Neves, quem é, o que foi, o que fez e o conjunto de atrocidades cometidas por este militar.

Este é um voto de louvor ao Major-General Jaime Neves e aos militares que fizeram o 25 de Novembro e depois diz que é um voto de louvor aos homens e mulheres que travaram esta luta heroica. Ficamos sem perceber, porque a parte deliberativa não coincide com a parte inicial deste processo, até porque, que eu saiba, o quadro militar da época não era constituído por mulheres.

Não havendo mais intervenções, foi o voto de louvor rejeitado por maioria, com 3 votos a favor, 2 do CH e 1 da IL, 32 votos contra, 17 da CDU, 10 do PS, 3 do PSD, 1 do BE e 1 do PAN, e 3 abstenções do PSD.

Mariana Crespo (PAN) – Fez a seguinte declaração de voto relativamente à moção apresentada pela Iniciativa Liberal e ao voto de louvor apresentado pelo CHEGA: *“Tanto esta moção como o voto de louvor têm duplas intenções e carecem de factualidade histórica quando enaltecemos o Novembro de 75 em detrimento de Abril de 74 e quando também enaltecemos figuras como o Major-General Jaime Neves, que, como aqui já foi explicado, são figuras polémicas.*

O pretendido não é uma reflexão ponderada acerca do 25 de Novembro e do que contribuiu para moderar os ânimos mais extremistas de uma certa esquerda, o pretendido é atacar a esquerda em geral, algo com que não podemos compactuar, é claro que somos todos pela liberdade e pela defesa dos ideais do 25 de Abril e não necessitamos deste tipo de jogos políticos que em nada dignifica o nosso trabalho na Assembleia Municipal de Setúbal.”

Marco Costa (PS) – Fez a seguinte declaração de voto: *“Confesso que nos deixa sempre algo desconfortáveis votar contra um voto de louvor, isso acontece muito raramente em democracia, mas assistimos atualmente a tentativas reiteradas de reescrever a história, quer seja por ideais narcisistas, geopolíticos, históricos que tentam fundamentar uma brutal invasão militar a um país contra o direito internacional, quer seja por grandes eventos desportivos que tentam branquear o respeito à igualdade de género, o respeito à orientação sexual e à liberdade de expressão, quer seja, mais recentemente e menos importante, por autobiografias ilusórias que tentam reescrever o passado recente das nossas instituições financeiras, mas aqui acho que ainda se torna mais inacreditável. É certo que há momentos da nossa história que não devem ser tabu, mas, com certeza, não nos orgulhamos da escravatura, do colonialismo, da discriminação do papel das mulheres, de regimes autoritários e da obstrução à liberdade de expressão, mas seguramente na história portuguesa há outros momentos que nos devem orgulhar acima de tudo e creio que o 25 de Abril representa indiscutivelmente, contrariamente ao que muitos querem, e representará sempre o expoente máximo de um desses momentos.*

Queremos acreditar que o CHEGA não apresenta este voto de louvor só para se substituir ao papel que o PSD anteriormente fazia nestas assembleias perto do mês de novembro ou no início de dezembro, que não é por oportunismo político. Queremos acreditar que isto é uma tentativa intencional de rescrever a história. Queremos mesmo acreditar que, apesar de qualquer vicissitude, os elementos do partido CHEGA e o CHEGA em si acreditam e representam os valores de Abril e tudo o que Abril nos proporcionou, inclusivamente o poder estar aqui presentes, nem que seja pelo equilíbrio da nossa democracia e por não termos, até à presente data, que usar tantas vezes a expressão extrema-esquerda ou extrema-direita. A radicalização destas posições não nos leva e não nos levará a lado nenhum, nem muito menos ao alicerçar ou ao cimentar dos alicerces que já estão construídos e que foram construídos por este marco importante que é o 25 de Abril.

O nosso ADN pelo reconhecimento justo e fidedigno da história, pela nossa obrigação e determinação invulnerável, que será sempre invulnerável, pela nossa abnegação em defesa dos valores de Abril, a bancada do Partido Socialista votou contra este voto de louvor e votará sempre qualquer voto desta natureza.”

António Costa Ferreira (PSD) – Fez a seguinte declaração de voto: *“Abstive-me e falo em nome pessoal, porque não quero deixar de louvar quem ficou na história, por termos o tipo de democracia que temos, mas não subscrevo, nem alimento nada que tenha a ver com conflitualidade, nem voltar para trás. Temos que olhar é para o futuro, percebendo o que erramos e foi nesse propósito que me abstive sem deixar de enaltecer, quer a data do 25 de Novembro, quer o Major-General Jaime Neves.”*

Vanessa Silva (CDU) – Fez a seguinte declaração de voto: *“A CDU votou contra, porque não compactuamos com o revisionismo histórico. Votámos contra, porque não permitiremos a desvalorização do 25 de Abril e dos seus valores, não esquecemos o fascismo, nem os fascistas, não esquecemos o fascismo e os seus protagonistas e, também, não esqueceremos Jaime Neves, nem as atrocidades que cometeu. Votámos contra, porque defendemos Abril.”*

Luís Maurício (CH) – Só para um pequeno esclarecimento ao PS e ao Marco. Não foi o CHEGA que escondeu o 25 de Novembro 48 anos, não foi pelo partido CHEGA que na história mal se fala no 25 de Novembro, não foi o partido CHEGA que fez isso. Era só esse pequeno esclarecimento. Damos tanta importância ao 25 de Abril, como também damos ao 25 de Novembro, não fomos nós que escondemos, não é a nós que nos faz arrepios quando falamos do 25 de Novembro, não somos nós que ficamos tão incomodados.

Presidente da Mesa – Quando debatemos, debatemos, argumentamos, quando fazemos declaração de voto, temos que fazer declaração de voto simplesmente para justificar o sentido de voto. Já agora, também, acrescento a minha declaração de voto, julgo que é a primeira vez, mas julgo que um deputado municipal eleito tem o direito, também, de o fazer mesmo sendo Presidente da Mesa.

Fez a seguinte declaração de voto: *“Declaro o meu regozijo pela votação maciça desta assembleia em relação a uma posição que não reflete aquilo que foi a revolução de Abril e as suas várias etapas até chegarmos a um conjunto de valores democráticos, de respeito pela liberdade, de respeito pelos direitos de cidadania que, às vezes, parece que inopinadamente são postos em causa por efabulações maniqueístas de quem julga que pendendo para um lado contra todos está a fazer algum bem ao futuro ou aqueles que cá estão. Não está a fazer bem.*

Não há efabulações maniqueístas que nos valham e temos sempre que manter reconhecidos aqueles que fizeram o 25 de Abril, aqueles que fizeram a liberdade que permitiu a democracia, a democracia eleitoral feita nos votos representativos que hoje temos e todos contribuíram, menos aqueles que nunca quiseram nenhuma liberdade, nem nenhuma democracia e esses nunca podem ser louvados.”

7. **Voto de Pesar “Falecimento de Vítor Zacarias” (CDU)** (conforme documento registado sob o n.º 30, arquivado em pasta anexa à presente ata)

Não havendo intervenções, foi o voto de pesar aprovado por unanimidade e em minuta.

8. **Voto de Pesar “Falecimento de Manuel Arrábida” (MAM)** (conforme documento registado sob o n.º 31, arquivado em pasta anexa à presente ata)

Não havendo intervenções, foi o voto de pesar aprovado por unanimidade e em minuta.

Presidente da Mesa – Propunha que realizássemos um minuto de silêncio com o intuito de homenagear estes dois falecidos e as mulheres vítimas de violência.

Fez-se um minuto de silêncio.

C – PERÍODO DA ORDEM DO DIA

1. **Deliberação n.º 48/2022/AM – Delib. CM 3776A/2022 – Autorização para financiamento bancário de curto prazo dos Serviços Municipalizados de Setúbal para 2023**

Nuno Costa (CDU) – A Comissão de Economia, Administração e Finanças emitiu parecer favorável por maioria, com 3 votos a favor da CDU, PS e PAN e 4 abstenções do PSD, CH, BE e IL, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 32.

Rui Lamim (PSD) – Soubemos pela comunicação social que o município recebeu, que deu entrada 12 milhões e meio de euros na tesouraria pelo fim da libertação de uma garantia bancária. Doze milhões e meio é um volume muito significativo, face àquilo que é o orçamento municipal.

Estamos aqui a analisar a autorização para financiamento de um empréstimo de curto prazo, obviamente, que saudamos a intenção da utilização desses 12 milhões e meio, em parte para pagar dívidas a fornecedores, o que também nos leva a perguntar quanto é que vai ser poupado em juros de mora, e que vai ser um volume de poupança muito significativo.

Temos, também, a notícia de quem está no site do município que há um investimento da Câmara Municipal de Setúbal no valor de 6,3 milhões de euros na União de Freguesias, deve ser a área, não na freguesia e no final de contas estamos aqui a tratar de volumes de dinheiro muito significativos que apareceram. Não sei se o município estava à espera de receber efetivamente os 12 milhões e meio, se não estava qual é o impacto que isso tem naquilo que é o orçamento, na previsão de gastos, e qual é o impacto que tem nestes empréstimos de curto prazo? Porque 12 milhões e meio no orçamento municipal é um volume muito significativo. O impacto é significativo e com impacto naquilo que são estes empréstimos de curto e de longo prazo que já estariam programados.

Vítor Rosa (BE) – A justificação fundamental apresentada pelo Conselho de Administração e na resposta por parte da Câmara Municipal é, “*tendo em conta os constrangimentos de tesouraria para que possam surgir nos primeiros meses de atividade*”, percebendo as necessidades deste ajuste financeiro para o arranque dos serviços, as justificações apresentadas parece-nos insuficientes e pouco fundamentadas. Apresenta-se um valor estimado de 1 milhão e 367 mil euros, défice de tesouraria, mas para o restante valor poderá ir até aos 3 milhões, apenas se apresenta a hipótese de verificação, tendo em conta pagamento de custos, encargos de exploração, mas também de despesas de investimento com projetos e

obras em condições de serem lançadas sem qualquer apresentação ou referências a esses mesmos projetos ou obras, conforme proposta apresentada pelo Conselho de Administração. Por isso, temos dúvidas relativamente a esta matéria e relativamente a esta proposta. Adiantando trabalho, iremo-nos abster relativamente a esta proposta agora apresentada.

Presidente da Câmara – Não percebi se o senhor deputado municipal do PSD colocou uma questão, fez uma intervenção, identificou um conjunto de questões, mas não percebi que tenha colocado alguma questão.

Relativamente à intervenção do senhor deputado do Bloco de Esquerda, também disse que era pouco fundamentado e que por isso se iria abster.

Senhores deputados, como todos sabemos, há os Serviços Municipalizados de Setúbal que vão iniciar a sua atividade, como também tem acontecido com a Câmara Municipal, aliás vem aqui à Assembleia Municipal uma proposta para se fazer um empréstimo de curto prazo que terá de ser amortizado no ano para que é solicitado, no sentido de não haver constrangimentos de tesouraria no bom funcionamento no caso da Câmara Municipal ou dos Serviços Municipalizados.

A questão do valor da garantia bancária é uma dívida, como todos sabem, das Águas do Sado à Câmara Municipal e como o Tribunal Arbitral ainda não iniciou, a Câmara Municipal entendeu que deveria usar de um direito que está contratualmente estabelecido, requerer o pagamento da garantia bancária. Exerceu esse direito, naturalmente que as Águas do Sado contestaram, mas o Tribunal deu razão à Câmara Municipal e esses 12 milhões e meio é dinheiro da Câmara Municipal, não é dos Serviços Municipalizados e é disso que se trata.

Não percebi muito bem se houve aqui algumas questões que também não entendi, mas penso que é uma questão de normalidade de funcionamento dos serviços que está aqui em causa e, por isso, senhores deputados, acho que é uma situação de normalidade no quadro que vivemos e que a Câmara Municipal, há vários anos, que vem também usando dessa possibilidade de contratar empréstimos de curto prazo para que, em determinada altura, seja necessário poder utilizar esse valor para não haver constrangimentos de tesouraria.

Rui Lamim (PSD) – Se a pergunta há pouco não foi clara, então que fique mais claro o seguinte, o município não tinha os 12 milhões e meio na sua caixa, estavam no banco só teve acesso ou os recebeu quando o Tribunal assim o decidiu. Portanto, de um dia para o outro, o município ficou com 12 milhões e meio em caixa na tesouraria, na sua posse, como é que isto joga com a necessidade de contratar um empréstimo a curto prazo? É que no dia antes de o Tribunal ter decidido a câmara não tinha os 12 milhões e meio em caixa e havia a necessidade, então, de fazer um contrato de empréstimo de curto prazo. Recebeu 12 milhões e meio e continuou com essa necessidade? A câmara já estava a contar com a decisão do Tribunal? A gestão da tesouraria, no final de contas, é o que se trata aqui, não se trata da gestão económica, trata-se da gestão da tesouraria. De um momento para o outro a câmara recebeu 12 milhões e meio e decidiu, bem, com essa liquidez que lhe apareceu naquele momento, quando o Tribunal assim o quis decidir, pagar 9 milhões a fornecedores, saldar dívidas. Ótimo! Como é que isto joga? Como é que a tesouraria, no final de contas, desta câmara é gerida? Porque o contrato de curto prazo permanece de certa forma indiferente ao facto de a câmara ter recebido 12 milhões e meio de um momento para o outro. Parece-me extraordinário.

João Luz (CDU) – De facto é extraordinário. É a expressão que me parece correta, porque parece decorrer de uma certa confusão relativamente às questões que estão em cima da mesa. É a tentativa de confundir aquilo que é uma decisão judicial e o arrecadar de um determinado valor, no âmbito de uma dívida ao município, com o fazer face a eventuais necessidades de tesouraria por parte de um serviço municipalizado que arranca, não é de um serviço municipal, esta é a questão central.

Não se trata de um serviço municipal, trata-se de um serviço municipalizado com autonomia financeira no quadro da gestão, ainda que, dependente de autorizações e aprovações por parte do município.

Aquilo que se está a falar é da decisão política de alocar uma verba ao pagamento de dívida e de saldar um conjunto de dívidas, como os senhores conhecem, que permitem, inclusive, recuperar prazos médios de pagamento e simultaneamente ter 3 milhões disponíveis em caso de necessidade para fazer face a eventuais necessidades de tesouraria dos Serviços Municipalizados.

Pela nossa parte esta parece-nos uma opção de gestão correta e aquela que é necessária. Não gostaram do termo que foi utilizado, mas, de facto, é o devolver a quem se deve uma verba avultada e que é significativa e que tem peso na economia local e em simultâneo garantir que os serviços tenham condições para esta fase de arranque, onde até por motivos de desconhecimento, do histórico e no plano imediato daquilo que é a gestão de um serviço desta natureza, permite e leva-nos a ter aqui uma almofada financeira para fazer face a eventuais encargos que venham a ocorrer no plano da tesouraria.

Encontravam-se ausentes da Sala de Sessões quatro deputados do PS, um do PSD e um do CH.

Não havendo mais intervenções, foi a proposta aprovada por maioria e em minuta, com 18 votos a favor, 17 da CDU e 1 do PAN, e 14 abstenções, 6 do PS, 5 do PSD, 1 do CH, 1 do BE e 1 da IL, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 33.

2. Deliberação n.º 49/2022/AM – Delib. CM n.º 3777/2022 – 10.ª Alteração ao Regulamento da Organização dos Serviços Municipais

Nuno Costa (CDU) – A Comissão de Economia, Administração e Finanças emitiu parecer favorável por maioria, com o voto a favor da CDU e 6 abstenções do PS, PSD, CH, BE, PAN e IL, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 32.

Vítor Rosa (BE) – A primeira questão que levantamos prende-se com o parecer da Comissão de Trabalhadores, sendo que não vemos refletidas as preocupações da CT no regulamento, por exemplo, manter na DITUR o setor de promoção das praias. Quais as razões para não atender às questões colocadas pela CT? Segunda questão, a criação da Direção Municipal, justifica-se?

Temos dúvidas se estamos a criar uma direção que passará a ter um papel mais político que funcional, dado que sobre a mesma é escrito que tem por missão fundamental apoiar o Executivo na conceção, implementação e controlo das políticas e estratégias perseguidas pelo município. No fundo e de maneira simplista, a DMAG reporta ao executivo aquilo que dois departamentos, Administração Geral e Finanças e o de Comunicação, Relações Internacionais e Turismo e as restantes reportam ao executivo. Assim sendo, faz sentido a criação desta Direção Municipal?

Por último, estendemos as nossas dúvidas também à necessidade da criação do Serviço Municipal de Coordenação do Programa “Nosso Bairro, Nossa Cidade”. A forma como o projeto tem sido desenvolvido, em relação ao qual estamos de acordo, representa uma mais-valia municipal num enquadramento de participação e organização dos moradores. Julgamos ser suficiente a sua manutenção na atual situação, até porque continua a existir junto com o Gabinete de Apoio às Freguesias, a organização de moradores no DIHAB. São estas as questões que levantámos sobre esta matéria.

Mário Aranha (PS) – De referir que, no preâmbulo desta proposta, é mencionado que visa agilizar e desburocratizar. Ora nós temos uma opinião bastante diferente, criar novas estruturas é justamente o contrário às atuais filosofias de gestão e o resultado não vai ser o pretendido, ou seja, vamos criar mais burocracia e uma estrutura cada vez mais ineficiente, pesada e lenta.

Quando a CMS sufoca em impostos os cidadãos de Setúbal, é-nos apresentado mais aumento de custos de uma estrutura que já consome dois terços das receitas. Simplificar e desburocratizar é criar uma estrutura

leve, plana baseada na organização mutável e dinâmica que se organiza por projetos e equipas multidisciplinares. Criar mais silos custam caro, não obrigado.

Para nós é absurdo criar mais um retângulo, ou seja, mais um silo para o programa “Nosso Bairro, Nossa Cidade”, poderia ser claramente um projeto multidirecional. De referir, ainda, que achamos completamente errada a proposta para a criação de uma Direção Municipal e, passo a citar, *“que tem por missão fundamental apoiar o Executivo na implementação e controlo das políticas e estratégias prosseguidas pelo município”*, esperem, a CMS com mais de 1.800 trabalhadores gasta mais de 100 milhões de euros por ano e não controla as suas políticas e estratégias? Bem, isto é significativo.

Voltando à proposta e citando, *“quer promover e operacionalizar a transversalidade dos processos de gestão, garantindo um melhor nível de eficiência e eficácia dos serviços”*, ora, isto é suposto que qualquer chefia e que os senhores vereadores e presidente devem fazer todos os dias. Se é necessário criar mais um cargo e custos para fazer o que é suposto, todas as dezenas de chefias, vereadores e o Sr. Presidente, começamos a ficar muito, mas mesmo muito preocupados.

Para além do PS, também, devemos realçar que a Comissão de Trabalhadores da Câmara aponta várias redundâncias, incongruências e erros nesta proposta. Mais uma vez citando o parecer *“a criação do Gabinete de Gestão e Planeamento leva-nos a questionar a finalidade de se manter na DITUR o SPP (Setor de Promoção de Praias, Turismo Acessível e Inclusivo)”*. A própria Comissão de Trabalhadores questiona o esvaziamento deste departamento onde estão alocados quatro recursos humanos, incluindo um quadro superior. Voltando aqui ao parecer, referir que *“o Regulamento dos serviços não consta a descrição funcional do SPP (Setor de Promoção de Praias, Turismo Acessível e Inclusivo da DITUR), nem de nenhum dos outros, cujos os títulos se contradizem e mesmo se sobrepõem, denotando alguma falta de visão integrada desta importante divisão na promoção dos diferentes produtos turísticos da região”*.

De referir, ainda, que os trabalhadores da Câmara Municipal no seu parecer, são contra uma das reestruturações e citando mais uma vez *“no que respeita à transição de trabalhadores afetos à DIMOT para o DOM, DITVIC”* não podemos concordar com a mesma, porque não existe a concordância técnica do serviço, nem dos seus trabalhadores e dirigentes.

Apresentamos, portanto, um modelo organizacional da câmara diferente e mais moderno, são propostas, então, várias causas que levam a votar contra esta proposta.

Presidente da Câmara – Esta iniciativa de alteração, que acaba por ser a 10ª alteração ao Regulamento da Organização dos Serviços Municipais, tem a ver, em primeiro lugar, com as alterações que são feitas na estrutura da Câmara Municipal, a organização dos serviços municipais, por força das alterações que têm a ver com a criação dos Serviços Municipais de Águas e Saneamento.

O que decidimos foi que os serviços que funcionavam na Câmara Municipal, com responsabilidades na área da das águas e saneamento, não fazia sentido que continuassem a figurar na estrutura municipal e, portanto, é extinta essa estrutura e passará a integrar os Serviços Municipalizados. Também com a integração dos resíduos nos Serviços Municipalizados a divisão respetiva também é extinta, depois há que fazer aqui um arranjo de toda esta nova estrutura.

No final do primeiro ano do mandato, quisemos, com a experiência que temos tido, adaptar a nova estrutura àquilo que consideramos exigências no que tem a ver com melhor organização, melhor eficácia, melhor resposta na prestação de serviços às populações. No fundamental é isto que está em causa.

A criação do cargo de Diretor Municipal, se formos verificar em câmaras de dimensão e responsabilidades idênticas por esse país, até têm várias direções municipais. A Câmara Municipal de Setúbal entendeu que havia aqui uma necessidade de melhor se fazer a articulação destes dois departamentos, a Administração e Finanças e a Comunicação e Turismo que, para quem conhece a atividade e a responsabilidade destes dois departamentos, compreenderá bem a importância e o peso que tem na estrutura da Câmara Municipal. Por outro lado, entendeu-se, também, que ter um Diretor Municipal que faça a articulação destes dois departamentos com as várias divisões e serviços que estão integrados, ligar isto aos gabinetes municipais que dependem, também, da responsabilidade do Presidente da Câmara, libertando assim o Presidente para aquilo que é a sua competência, como todos sabem, da representação do município. Desta forma e no nosso entendimento que é vertido nesta proposta, foi no sentido de se criar melhores

condições para dar melhor resposta àquilo que são as nossas obrigações que é de promover o desenvolvimento do nosso concelho e servir melhor as populações. Foi esta avaliação que fizemos para apresentar esta proposta.

Relativamente à criação ou à passagem do serviço que tem a ver com o planeamento do apoio às praias, entendemos que a questão central tem exatamente a ver com uma capacidade de planeamento de intervenção, porque este serviço para além de ter a ver com os apoios de praia, com a intervenção nas praias, tem também a ver com todas as questões do Ordenamento do Território e das implicações que todo este peso, tanto, da mobilidade como das pessoas, que tem de ser ponderado numa perspetiva diferente daquela que estava anteriormente e, por isso, estava apenas no serviço de turismo.

Não se trata aqui de ser um serviço que fica isolado, este serviço tem como objetivo ter uma coordenação e uma articulação com todos os outros serviços, designadamente com o turismo que é de onde ele sai. A justificação é esta, naturalmente que respeitamos a avaliação que a Comissão de Trabalhadores fez sobre esta questão, mas o executivo entende que esta era a melhor forma de termos uma visão global sobre este problema que são as praias, o acesso às praias e toda esta dinâmica, mas também daquilo que envolve todo este processo que tem a ver com a mobilidade e com a acessibilidade às próprias praias. Por isso pensamos que a coordenação, a visão global que se situa melhor dentro do Departamento de Urbanismo, isto não quer dizer de maneira nenhuma que o turismo e outros serviços da Câmara Municipal não fiquem articulados, é esse o objetivo, é que haja uma articulação e uma interação de vários serviços no sentido de darem resposta aos problemas que se levantam com a concentração, com a pressão que, durante o período das praias em particular, se faz sentir no nosso território. Naturalmente, que é um planeamento atempado para que essas situações tenham menor impacto no território e os problemas da complexidade que se geram naqueles períodos estivais possam ser debelados da melhor forma.

Também existem outras questões que não foram referidas pelos senhores deputados, mas que também são importantes aqui considerar, que é a criação da divisão na área da educação com a vinda da transferência de competências na área da educação para a Câmara Municipal. É importante passar de um serviço de apoio aos estabelecimentos de ensino para uma divisão, dando-lhe maior capacidade de intervenção e mais meios para intervir exatamente nessa área.

Creio, Sr. Presidente e senhores deputados, que esta visão que temos e esta experiência que adquirimos, também, ao longo deste ano, é sempre de procurar melhorar para dar melhor resposta àquilo que são as nossas obrigações e os nossos compromissos, melhor qualificar o território e servir melhor as populações.

António Costa Ferreira (PSD) – Ouvindo o Sr. Presidente da Câmara, fiquei um pouco confuso e queria, portanto, que me esclarecesse. A migração dos serviços municipais dos resíduos sólidos é ponto assente que transita para a estrutura dos Serviços Municipais de Setúbal? E os serviços das águas pluviais, chamado GAGIAS, acho que é assim o termo, também transitam ou não? Sempre ouvi dizer que só transitavam os serviços de resíduos sólidos e, portanto, vai haver uma diminuição, digamos, dos serviços municipais que engrossam os serviços de águas e saneamento. Era só essa clarificação que queria, porque não tenho documento nenhum que diga que o GAGIAS também vai para os Serviços Municipalizados de Setúbal. Era só esse pedido de esclarecimento.

Presidente da Câmara – Senhor deputado, o GAGIAS tinha as águas e o saneamento, acompanhava a concessão e, portanto, não faz sentido ficar na Câmara Municipal, passa para os Serviços Municipalizados. Decidimos, também, que a área dos resíduos, no que diz respeito à recolha, vão passar para os Serviços Municipalizados, que fazem parte, aliás, da estrutura orgânica que já foi aprovada na Câmara e na Assembleia Municipal.

António Costa Ferreira (PSD) – Tinha a ideia de que os Serviços Municipalizados eram serviços que tinham receitas próprias, que eu saiba as águas pluviais não geram receitas. Era só esta dúvida que me parece ser contraditória com a criação dos Serviços Municipalizados.

O saneamento básico tem muito que se lhe diga em termos de definição, águas residuais domésticas e pluviais são coisas diferentes, mas não são águas residuais domésticas, e, portanto, chamadas águas

comunitárias. As águas pluviais não geram receitas próprias. Não vale a pena estarmos a discutir, mas deixe-me expressar a minha opinião.

Presidente da Mesa – Então se não vale a pena, é melhor não discutir, senhor deputado. Receitas próprias não é critério para a criação de um serviço municipalizado, em última instância, a câmara é responsável por cobrir o défice das receitas para obter rendimentos que sejam...

António Costa Ferreira (PSD) – Essa era a questão que ia colocar, portanto, vão haver despesas que a câmara vai continuar a subsidiar os Serviços Municipalizados.

Presidente da Mesa – Ou talvez não, conforme os rendimentos que se obtiverem no serviço. Senhor Presidente da Câmara quer esclarecer, já estou a meter a colher em seara alheia.

Presidente da Câmara – O que falei aqui foi de abastecimento de águas e saneamento, que não inclui águas pluviais e, portanto, as águas pluviais ficam da responsabilidade da Câmara Municipal.

João Luz (CDU) – Senhor Presidente é só um esclarecimento, nada mais do que isso e não tem a ver com a questão concreta que está aqui a ser discutida, mas acaba por ter. É que toda a legislação que tem sido recentemente aprovada em matéria de recursos hídricos e o Plano Estratégico para o Setor da Água e do Saneamento apontam as águas pluviais como uma área principal de negócio das entidades gestoras dos sistemas de abastecimento e de saneamento de águas residuais. Era só esta nota de informação.

António Costa Ferreira (PSD) – Fiquei mais baralhado ainda, porque não existe documento nenhum, até agora, na constituição dos Serviços Municipalizados onde integre deste tipo e natureza de saneamento/águas residuais pluviais.

Encontrava-se ausente da Sala de Sessões um deputado municipal do CHEGA.

Não havendo mais intervenções, foi a proposta aprovada por maioria e em minuta, com 17 votos a favor da CDU, 10 votos contra do PS e 10 abstenções, 6 do PSD, 1 do CH, 1 do BE, 1 do PAN e 1 da IL, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 34.

3. Deliberação n.º 50/2022/AM – Delib. n.º 3778/2022 – Orçamento e Plano Plurianual de Investimentos dos Serviços Municipalizados de Setúbal 2022

Nuno Costa (CDU) – A Comissão de Economia, Administração e Finanças emitiu parecer favorável por maioria, com o voto a favor da CDU e 6 abstenções do PS, PSD, CH, BE, PAN e IL, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 32.

Não havendo intervenções, foi a proposta aprovada por maioria e em minuta, com 17 votos a favor da CDU e 20 abstenções, 10 do PS, 6 do PSD, 1 do CH, 1 do BE, 1 do PAN e 1 da IL, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 35.

4. Deliberação n.º 51/2022/AM – Delib. CM n.º 3779/2022 – Mapas de Pessoal dos Serviços Municipalizados de Setúbal 2022

Nuno Costa (CDU) – A Comissão de Economia, Administração e Finanças emitiu parecer favorável por maioria, com 4 votos a favor da CDU, PS, BE e PAN e 3 abstenções do PSD, CH e IL, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 32.

Não havendo intervenções, foi a proposta aprovada por maioria e em minuta, com 19 votos a favor, 17 da CDU, 1 do BE e 1 do PAN, e 18 abstenções, 10 do PS, 6 do PSD, 1 do CH e 1 da IL, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 36.

5. **Deliberação n.º 52/2022/AM – Delib. CM n.º 3780/2022 – Adesão do Município à Associação “Plataforma de Setúbal para o Risco, Segurança e Cidadania”**

Nuno Costa (CDU) – A Comissão de Economia, Administração e Finanças emitiu parecer favorável por maioria, com 6 votos a favor da CDU, PS, PSD, CH, BE e IL, e a abstenção do PAN, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 32.

Não havendo intervenções, foi a proposta aprovada por maioria e em minuta, com 36 votos a favor, 17 da CDU, 10 do PS, 6 do PSD, 1 do CH, 1 do BE e 1 da IL, e uma abstenção do PAN, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 37.

6. **Deliberação n.º 53/2022/AM – Delib. n.º 3783/2022 – Abertura do Procedimento de Contratação de Empréstimo de Curto Prazo 2023**

Nuno Costa (CDU) – A Comissão de Economia, Administração e Finanças emitiu parecer favorável por maioria, com o voto a favor da CDU e 6 abstenções do PS, PSD, CH, BE, PAN e IL, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 32.

Não havendo intervenções, foi a proposta aprovada por maioria e em minuta, com 17 votos a favor da CDU e 20 abstenções, 10 do PS, 6 do PSD, 1 do CH, 1 do BE, 1 do PAN e 1 da IL, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 38.

7. **Deliberação n.º 54/2022/AM – Delib. CM n.º 3784/2022 – Projeto Regulamento e Tabela de Taxas e Outras Receitas do Município de Setúbal – 2023**

Nuno Costa (CDU) – A Comissão de Economia, Administração e Finanças emitiu parecer favorável por maioria, com o voto a favor da CDU e 6 abstenções do PS, PSD, CH, BE, PAN e IL, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 32.

Regressou à Sala de Sessões o deputado municipal do CHEGA.

Vítor Rosa (BE) – Era para fazer uma proposta, se for possível, relativamente ao capítulo 7, no ponto 7.8. 7.5, que as isenções fossem até aos 23 anos, inclusive. Está na parte da cultura e o que deixava como proposta, também, era se poderia estender estas isenções a professores, uma vez que professores e alunos em grupo estão isentos, porque não alargar esta proposta que está em 12 anos e passar até aos 23, porque não alargar, tendo em conta o ensino secundário e superior existente no nosso concelho, e dessa forma sensibilizar os mais jovens a visitar e a usar os nossos espaços culturais.

Mário Aranha (PS) – O Regulamento de Taxas Municipais é um conjunto muito vasto, com centenas de itens e várias dezenas de páginas. Consideramos que este documento deve ser um instrumento estratégico e que deve claramente apontar quais as prioridades do município em toda a sua globalidade, este documento deve responder, por exemplo, a questões como se deve priorizar em termos de taxas a construção nova ou reabilitação.

Temos de taxar mais ocupação do espaço público, por exemplo, mupis e outras estruturas em passeios, por outro lado e devido ao pouco tempo disponível desde que foi disponibilizado este documento, não conseguimos aferir se algumas são verdadeiras taxas, ou seja, prestação de serviços da câmara aos seus cidadãos, ou se não temos aqui verdadeiros impostos, se os funcionários e outros consumos já são pagos com os impostos dos setubalenses. Será que algumas das taxas existentes fazem sentido?

A CMS propõe um aumento horizontal de 4,05%, não seria de ponderar aumentos, manutenções ou mesmo reduções, tendo em conta a conjuntura em que vivemos? No entanto, reconhecemos que as taxas não só são uma importante fonte de receitas, como, para além disso, decorrem de imposições legais e outras são justas e devem, de facto, existir.

Defendemos, uma revisão global deste extenso documento, só possível pelos próprios serviços da câmara com ou sem apoio, por exemplo, do Instituto Politécnico de Setúbal, onde se poderá verificar o que são verdadeiras taxas ou impostos, as que devem ser extintas e se é possível propor ou não alguns rebalanceamentos. Tendo em conta os argumentos acima aduzidos, a bancada do PS abstém-se nesta proposta.

Rui Lamim (PSD) – Gostaríamos de fazer o seguinte comentário relativamente ao aumento das taxas e outras receitas do município. Foi aplicada a regra de aumentar em 4,05%, porque se considera esse o valor da inflação, mas 4,05% não vai ser aplicado aos escalões na tabela de IRS, não vai ser aplicado aos salários, não vai ser aplicado às pensões, não vai ser aplicado ao lado daquilo que são as receitas das pessoas, no entanto, vai ser aplicado ao lado dos custos, destes custos. Os 4,05%, acho que devia ser uma coisa genérica e aqui torna-se, de certa forma, desequilibrada.

Flávio Lança (IL) – A Iniciativa Liberal não irá acompanhar, não irá aprovar, irá votar contra este projeto, porque, tal como já foi referido, na conjuntura atual um aumento de 4,05% é algo que não conseguimos compreender. Ouvimos sistematicamente o Executivo a queixar-se que é sempre muito difícil, assistimos à votação do IMI e do IMT onde efetivamente se decidiu pela manutenção, a seguir aparece uma garantia, aparece dinheiro, e na prática há um conjunto de indícios que nos parece que não faz sentido nenhum este tipo de aumento.

Um exemplo claro, vinha a caminho da assembleia e vi que temos mais um monumento ali ao pé das Finanças a louvar os Serviços Municipalizados, é mais dinheiro, imagino que não terá sido de borla, portanto, carregamos nas taxas, alguém terá que pagar. Estamos a falar de 1.107 taxas, mais ou menos aquilo que estimei, obviamente que o documento é extenso e foi entregue com muito pouco tempo para podermos analisar.

Era isto que queria deixar, achamos que o documento tem que ser simplificado, as taxas têm que ser simplificadas e as taxas devem corresponder àquilo que são os serviços que a câmara presta. Temos aqui um CD-ROM de informação a 34€, hoje em dia já nem se usa o CD-ROM, e com 34€ euros compramos, se calhar, 100 ou 200 CD-ROM. Até a adequabilidade das taxas, face ao serviço prestado, nos parece que não faz sentido.

João Luz (CDU) – A primeira questão é mais conceitual do que outra coisa, não sei qual é o conceito de monumento que a Iniciativa Liberal tem, trata-se de um anúncio a dizer onde irão funcionar os Serviços Municipalizados de Setúbal, parece-nos uma informação até bastante relevante para o conjunto dos municípios que passarão a ter que se dirigir no final de dezembro àquelas instalações e não é esse o custo que estamos sequer aqui a falar.

É importante, a propósito das várias intervenções que aqui foram feitas, informar que os municípios estão obrigados, e não é por vontade da CDU diga-se de passagem, a que as suas taxas estejam submetidas a uma fundamentação económico-financeira das mesmas e esta fundamentação tem que demonstrar aquilo que é o princípio do utilizador pagador. Princípio com o qual não concordamos, mas que alguns legislaram sobre esta matéria e impuseram, do ponto de vista legislativo, às autarquias.

Aquilo que estamos aqui a discutir hoje é um conjunto de taxas pagas pelos munícipes, em contrapartida de serviços que são prestados e, como o senhor deputado da Iniciativa Liberal disse e bem, por um CD-ROM aplica-se uma taxa, mas a taxa não é sobre o CD-ROM, é sobretudo sobre todo o trabalho para a sua produção, é o tempo utilizado pelos serviços para a disponibilização da informação a quem a solicita e todos os custos contabilísticos imputados a essa tarefa no quadro daquilo que é a obrigação legal os municípios praticarem. Se nos perguntarem se estamos de acordo, provavelmente seríamos os primeiros a dizer que não, mas a verdade é que há quem, seguindo regras do liberalismo, impõe estes princípios do utilizador pagador aos munícipes.

Presidente da Câmara – Esta é uma proposta que foi a reunião de câmara, foi a discussão pública, não teve qualquer intervenção e voltou à reunião de câmara, foi aprovada e agora veio à assembleia, a minha questão é, peço desculpa pelo meu desconhecimento, se podemos agora fazer uma alteração aqui na Assembleia Municipal, tendo em conta todo o percurso que já teve, designadamente a auscultação pública.

Embora sem ter, neste momento, a avaliação do que é que isto significa, mas de uma maneira geral concordamos com esse tipo de avaliação como também temos essa proposta relativamente aos transportes públicos, naturalmente que o consideramos e temos o mesmo entendimento relativamente à utilização dos equipamentos culturais e desportivos aqui em Setúbal. Não sei o peso que isto tem no final, não conheço, não tenho, neste momento, aqui a informação sobre o peso que isso tem e as consequências que tem. Como já foi dito aqui, os serviços que prestamos têm de ser compensados e são questões que têm de ser ponderadas.

Quando os serviços fazem estas propostas, naturalmente que têm essas ponderações. Já agora queria dizer que o que é aqui referido é que as taxas que foram atualizadas, porque não foram todas atualizadas, as que foram atualizadas foram de acordo com aquela taxa que é a taxa que em 30 de junho era a de referência do INE. Isso não quer dizer que todas as taxas foram atualizadas, foram atualizadas aquelas que os serviços consideraram na avaliação que fizeram de que se justificava, no cumprimento da própria lei, fazer a sua atualização. É importante que fique isto claro, porque não se trata de uma tabela nova, é uma tabela que existe e que tem a sua avaliação económico-financeira como estabelece também a lei e temos que ter confiança dos vários serviços, porque se trata aqui praticamente de todos os serviços da câmara que estão envolvidos neste processo.

Deixava esta questão, porque, de facto, não conheço, não tenho a informação neste momento para saber qual é o peso que essa alteração tem no resultado final.

Paulo Lopes (PS) – Quanto a esta proposta de alteração do Bloco de Esquerda, tendo em vista a abertura do Sr. Presidente da Câmara à mesma, queria apenas dizer que não estamos a retirar nenhum direito, pelo contrário, até estamos a alargar e, por isso, penso que ninguém vai se queixar com o facto de já ter havido a discussão pública e não me parece que haja aí qualquer problema.

Depois, o Sr. Presidente acabou a sua intervenção dizendo que isto é uma proposta que veio dos serviços técnicos, mas nós aqui somos políticos e tomamos decisões políticas mesmo não concordando com os serviços técnicos e quando entendemos, e a câmara tem autonomia para isso, fazer uma discriminação positiva que é o caso pode-o fazer.

Julgo que não há qualquer questão, nem de ordem técnica, nem administrativa que impeça o executivo, se assim o entender, de aceitar esta proposta, a qual, também, vemos com bons olhos.

Presidente da Mesa – Tinha entendido da intervenção do deputado Vítor Rosa que deixava esta recomendação para ser apreciada, e o deixar esta recomendação entendi que devia voltar para uma apreciação em reunião de câmara para ponderar essa possibilidade de alteração específica à câmara. Se me perguntarem se esta matéria é suscetível de alteração em assembleia, tenho algumas dúvidas, porque ela faz parte da estrutura de receitas do município, pois há um orçamento a ser aprovado.

Em sentido lato pode até não ser citada objetivamente na letra da lei, não sei, sabemos que o orçamento não pode, o relatório de contas não pode. Está na disponibilidade da assembleia alterar pontualmente um documento destes? Tenho algumas dúvidas sobre isso, mas aproveitava a sugestão e a disponibilidade do Sr. Presidente da Câmara de apreciar a questão, ver em reunião de câmara se for viável e se considerar que é possível, então, pontualmente fazer uma alteração que venha depois à assembleia só nesse ponto.

Presidente da Câmara – Temos feito um esforço no sentido de fazer com que a tabela de taxas entre em vigor no início do ano seguinte. Não é há muito tempo que isto acontece e todo este processo se iniciou, se desenvolveu e hoje estamos na Assembleia Municipal com a possibilidade da publicação e da entrada em vigor no início do ano. Se voltarmos à câmara e voltarmos à assembleia, lá está o esforço e todo o trabalho que pedimos aos serviços para fazerem e apresentarem as propostas a ficar agora em causa.

Senhores deputados, acho que a proposta que é apresentada pelo senhor deputado do Bloco de Esquerda, é uma proposta que cabe perfeitamente e não tem impactos significativos nas receitas, tive agora a ver melhor, embora não esteja totalmente de acordo com a intervenção que o senhor deputado Paulo Lopes aqui fez, as leis são para cumprir e temos de ser razoáveis no cumprimento das leis, não é apenas uma decisão política. As decisões políticas são tomadas, mas não são tomadas contra a lei e esse entendimento eu não tenho.

Da minha parte, se os senhores deputados assim o entenderem, não vejo inconveniente em que se faça esta alteração, ou seja, em vez de se dizer que *“estão isentos crianças até aos 12 anos de idade, inclusive”*, que se diga *“estão isentas jovens até aos 23 anos, inclusive”*. Da minha parte, não vejo inconveniente nenhum, se a Assembleia Municipal entender que o deve fazer, faça favor.

Presidente da Mesa – Se o Sr. Presidente da Câmara considera que a proposta é aceitável e é admissível na especialidade, teremos que votar este ponto na especialidade e depois votar a tabela completa.

Uma vez aceite a alteração, porque ela não veio assim formulada da câmara, nós é que estamos aqui a proceder a uma alteração do teor da proposta, vamos votar primeiro a alteração que se encontra na página 71, capítulo VII, ponto 7.8.5.4 – *“Crianças e jovens até aos 23 anos de idade (inclusive) e adultos com idade superior a 64 anos.”*

A alteração foi aprovada por unanimidade e em minuta.

Não havendo mais intervenções, foi a proposta aprovada por maioria e em minuta, com 17 votos a favor da CDU, 1 voto contra da IL e 20 abstenções, 10 do PS, 6 do PSD, 2 do CH, 1 do BE e 1 do PAN, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 39.

8. **Deliberação n.º 55/2022/AM – Delib. n.º 3886/2022 – Procedimento de Abertura da Contratação de Empréstimo de Médio/Longo Prazo – Investimentos Municipais 2023 – Adjudicação**

Nuno Costa (CDU) – A Comissão de Economia, Administração e Finanças emitiu parecer favorável por maioria, com o voto a favor da CDU, 5 abstenções do PSD, CH, BE, PAN e IL, e o voto contra do PS, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 32.

Não havendo mais intervenções, foi a proposta aprovada por maioria e em minuta, com 18 votos a favor, 17 da CDU e 1 da IL, e 20 abstenções, 10 do PS, 6 do PSD, 2 do CH, 1 do BE e 1 do PAN, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 40.

Ilídio Ferreira (PS) – Fez a seguinte declaração de voto: *“Para reforçar, para reafirmar aquilo que dissemos quando foi a votação da abertura deste concurso, de que, em nosso entendimento, não deveria constar a reabilitação das passadeiras, que é uma despesa corrente, não é investimento, por outro lado, achamos que o prazo global de 20 anos é excessivo e o período de carência de 2 anos não tem justificação, essa é a razão da nossa abstenção.”*

Antes da votação das deliberações em minuta, queria apresentar um protesto, com a insatisfação de muitos que já se preparavam para sair, mas só ouve quem quiser. Senhor Presidente, posso fazer o meu protesto?

O meu protesto é nos termos do regimento.

O Sr. Presidente da Câmara referiu que, até ao final da sessão, poderia ainda pronunciar-se relativamente às questões levantadas pelo Partido Socialista e aguardei até ao fim da sessão, por isso é que protesto agora e não protestei antes.

O Partido Socialista colocou várias questões que não foram respondidas, já disse aqui nesta assembleia, mais que uma vez, que o Sr. Presidente da Câmara não tem que responder a todas as questões, até porque pode não saber a resposta para responder. Em meu entender, pode não responder, mas não pode ignorar e não pode ignorar ostensivamente, que foi a sensação com que fiquei. E não pode pelo seguinte, parece-me um desrespeito para com os membros da Assembleia Municipal, nomeadamente para as suas funções que estão definidas e tipificadas na lei.

Por outro lado, relativamente a uma das matérias levantadas configura uma figura próxima da ilegalidade que é a recusa de prestar informações, ou seja, em relação ao requerimento que foi feito, ao pedido de informação, a alínea s), do artigo 35, da Lei, 75/2003, é uma competência do Presidente, não é do executivo, diz que *“O Presidente da Câmara deve responder em tempo útil e de modo a permitir a sua apreciação na sessão seguinte da Assembleia Municipal os pedidos de informação apresentados por esta.”*

Para terminar, dizer que ao não responder às questões que aqui trazemos, questões concretas, está-nos a empurrar para o caminho de nos obrigar a colocar as questões por escrito, o que penso que não aproveita a ninguém, mas não havendo outra solução a oposição não terá outra saída, se quer que haja resposta às suas solicitações.

João Luz (CDU) – É também para um protesto, tendo em conta que a bancada da CDU também viu algumas das questões que colocou não respondidas pelo Sr. Presidente da Câmara, designadamente no que diz respeito à questão do hospital e ao seu funcionamento, questão que afeta de forma particularmente grave todos os municípios de Setúbal e não obtivemos qualquer resposta. Admitimos que seja por uma questão de tempo e não por qualquer desrespeito para com esta bancada e entendemos que o mesmo se aplica a todas as outras bancadas da Assembleia Municipal.

Provavelmente no quadro da Comissão Permanente teremos que observar esta questão aqui levantada e procurar ver se os tempos que estão atribuídos a cada uma das forças partidárias e ao executivo para dar resposta às questões colocadas dos senhores deputados, deve ser revisto. Uma questão que parece, do ponto de vista da bancada da CDU, não coincidir com a realidade é a tentativa de fazer desta situação um caso específico em que a bancada do Partido Socialista é uma vítima nesta matéria.

Presidente da Câmara – Senhor Presidente era para uma interpelação à Mesa. Era para saber se o Sr. Presidente da Mesa da Assembleia nos pode informar sobre se a Câmara Municipal tem alguma influência nos tempos que são atribuídos para intervenção da Câmara Municipal.

Presidente da Mesa – Ela está atribuída no regimento e a Assembleia Municipal é que decidiu os tempos, já o disse aqui hoje. A deliberação dos tempos para a Câmara Municipal e para cada uma das forças políticas foi aprovada por unanimidade pelos membros da assembleia em plenário. Não estamos a respeitá-los, mas não podemos, também, exigir que a câmara não respeite nunca, porque depois a seguir nenhum dos grupos municipais o respeita.

A influência não é nenhuma, é da responsabilidade da assembleia se é essa a questão que está a querer ser esclarecida, a assembleia é responsável pela distribuição dos tempos que aprovou, como disse o deputado João Afonso, e tenho dito muitas vezes que devíamos olhar com mais atenção e sentido prático para o tempo atribuído ao executivo, sobretudo na fase em que ele é diretamente questionado, que é no período de antes da ordem do dia para as interpolações.

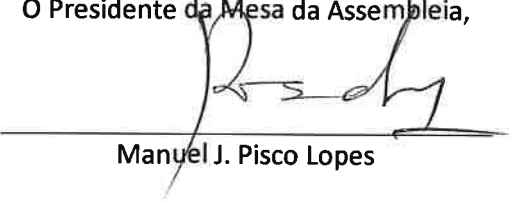
As queixas estão registadas e a minha queixa, atrevo-me a fazer em nome de toda a assembleia, porque é o funcionamento da assembleia que está em causa, é de que nos obriguemos em Comissão Permanente, pelo menos, a rever esta questão da distribuição dos tempos para que sejam dadas as possibilidades a todos e ao executivo de responder às questões que lhe são colocadas.

Esgotada a ordem de trabalhos, o Presidente da Mesa pôs à votação a aprovação da ata em minuta, a qual foi aprovado por unanimidade.


O Presidente da Mesa deu por encerrada a sessão quando eram vinte e duas horas e cinquenta minutos do dia vinte e nove de novembro, de dois mil e vinte e dois.

Esta ata foi aprovada por unanimidade, na sessão de ordinária de vinte e quatro de fevereiro de dois mil e vinte e três, contém quarenta folhas, todas numeradas e rubricadas pelo Presidente e pelo Primeiro Secretário da Mesa.

O Presidente da Mesa da Assembleia,


Manuel J. Pisco Lopes

O Primeiro Secretário da Mesa,


Eusébio Manuel Candeias

Transcrição da gravação áudio e composição por: Helena Cabrita Rosa.

Redação das minutas e revisão do texto integral por: Eusébio Manuel Candeias, Primeiro Secretário da Mesa.